



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Centro, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: (41) 3360-5000 - <https://ufpr.br/>

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026

Processo nº 23075.045751/2025-43

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (153079)

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender às necessidades de diversas Unidades da Universidade Federal do Paraná.

Valor Total da Contratação: R\$ 120.564,04

Data da Sessão Pública: Dia **23/02/2026** às **14h** (horário de Brasília)

Data Máxima para recebimento de Impugnações e Esclarecimentos:
13/02/2026

Endereço do certame: www.gov.br/compras/pt-br/

Critério de Julgamento: Menor preço por item (itens 1 a 35) e Menor preço por grupo (grupos 1 e 2)

Modo de Disputa: Aberto

Tratamento Favorecido ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

Margem de Preferência para Algum Item: NÃO

SUMÁRIO

- 1. Do Objeto**
- 2. Do Registro de Preços**
- 3. Da Participação na Licitação**

4. Do Orçamento Estimado
5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação
6. Do Preenchimento da Proposta
7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances
8. Da Fase de Julgamento
9. Da Fase de Habilitação
10. Da Ata de Registro de Preços
11. Da Formação do Cadastro de Reserva
12. Dos Recursos
13. Da Adjudicação e Homologação
14. Das Infrações Administrativas e Sanções da Fase Licitatória
15. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento
16. Das Disposições Gerais
17. Do Foro

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026
(Processo Administrativo nº 23075.045751/2025-43)

Torna-se público que a Universidade Federal do Paraná, autarquia federal de CNPJ 75.095.679/0001-49, por meio da Coordenadoria de Licitações e Contratações, sediada na Rua Dr. Faivre nº 105, Centro, CEP: 80.060-140, Curitiba - PR, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender às necessidades de diversas Unidades da Universidade Federal do Paraná , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Para os itens 1 a 35, a licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. Para os itens 36 a 39, a licitação será dividida em grupos (grupos 1 e 2), formado por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, facultando ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às

microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, ~~para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual~~ - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.9.3. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.8. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.9.10. Que não se enquadrem na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, conforme dispõe o item 3.6 deste Edital.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de

interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.13. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.14. Antes de elaborar suas propostas, os licitantes deverão ler atentamente o Edital e demais documentos anexos, pois a participação nesta licitação significa pleno conhecimento de suas instruções, não cabendo, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou questionamento quanto ao seu conteúdo.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ~~ou o percentual de desconto~~, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento

convocatório;

5.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.5.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;

5.7.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca e modelo;

6.1.2.1. Deverá ser ofertado somente uma única marca e modelo para o item cadastrado, sob pena de desclassificação.

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Quantidade cotada. Devendo respeitar as quantidades descritas no Termo de Referência.

6.1.5. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais,

encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. **Caso o critério de julgamento for o menor preço**, as propostas, ainda, deverão observar o seguinte:

6.13.1. Ser apresentadas com, no máximo, 02 (duas) casas após a vírgula

(exemplo: R\$ 12,34), haja vista que o Sistema Monetário Nacional não contempla valores inferiores a um centavo.

6.13.2. As propostas que não atenderem ao disposto no subitem 6.13.1 acima, apresentando mais do que 02 (duas) casas decimais, quando aplicável, terão as casas excedentes desconsideradas, sendo que a Pregoeira, na fase de aceitação, registrará o novo preço no sistema, no campo “valor negociado”, garantida a aceitação do valor que restar após tal procedimento.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.2.1. Será desclassificada a proposta cadastrada em campo próprio do sistema que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,25% do valor dos itens convertidos em moeda Real.

7.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.12. O envio de lances no pregão eletrônico será pelo modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da

entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei 14.133/2021;

7.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e

mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.2.1.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.22.2. Empresas brasileiras;

7.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.24.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.24.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.24.5. Em todo caso a Administração não contratará valor(s) acima do máximo estabelecido no Termo de Referência deste Edital.

7.24.6. A Pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o

caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.24.7. É facultado à Pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.25. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, a Pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

d) lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Pregoeira verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1. Contiver vícios insanáveis;

8.8.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5. Não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência da Pregoeira, que comprove:

8.9.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.9.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da

licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser enviados no formato digital através do Sistema de Compras do Governo.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

9.11. A verificação pela Pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Pregoeira, sob pena de desclassificação/inabilitação.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Pregoeira, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, para:

- a) A aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) Suprimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- d) Suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de

habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.18.1. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Administração desta Universidade Federal do Paraná, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a) A solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

b) A justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo

primeiro classificado.

10.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

10.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

b) dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

a) Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a

negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

d) Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista fraqueada aos interessados no endereço :: Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Pública :: (ufpr.br), mediante informação do número do processo administrativo.

**Sistema Eletrônico de Informações - Pesquisa Pública (ufpr.br):
Endereço eletrônico**

https://sei.ufpr.br/sei/web/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=0

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA FASE LICITATÓRIA

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Pregoeira durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial, quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. Não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.6. Fraudar a licitação.

14.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. Advertência;

14.2.2. Multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública; e

14.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.4.3. A partir do trânsito em julgado da decisão administrativa de imposição de multa administrativa, os valores devidos estarão sujeitos a atualização monetária, incidindo a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) acumulada mensalmente, calculada a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado (previsão da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)).

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.5.1 Os parâmetros de aplicação das sanções administrativas no âmbito da UFPR serão os seguintes:

I.D.	Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
A	Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias	Até 5% em relação ao valor de sua proposta
B	Não entregar documento solicitado durante o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 15 dias	Até 3% em relação ao valor de sua proposta
C	Deixar de manter as condições de habilitação, durante a realização do certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
D	Recusar-se ou deixar de responder diligência realizada pela UFPR, durante a análise da proposta ou da planilha de custos da licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
E	Não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
F	Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IV	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	Até 10% em relação ao valor de sua proposta
G	Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. V	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 30 dias	Até 5% em relação ao valor de sua proposta
H	Deixar de	Lei	Impedimento	Até 10% em

	apresentar amostra	14.133/2021, art. 155 inc. IV	de licitar e contratar no âmbito da União por até 60 dias	relação ao valor de sua proposta
I	Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
J	Não entregar a documentação exigida para a contratação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
K	Não se cadastrar no sistema de processo eletrônico da UFPR para assinatura da Ata ou Contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VI	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 6 meses	Até 15% em relação ao valor de sua proposta
L	Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
M	Prestar declaração falsa durante a licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor

				estimado para a licitação.
N	Fraudar a licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. IX	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
O	Agir em conluio ou em desconformidade com a lei	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 48 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
P	Induzir deliberadamente a erro no julgamento	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
Q	Omitir informações em quaisquer	Lei 14.133/2021, art. 155 inc.	Declaração de inidoneidade para licitar e	Até 20% em relação ao valor total

	documentos exigidos no certame licitatório	X	contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
R	Adulterar documento, público ou particular, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade:	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 48 meses	Até 20% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
	Apresentar amostra falsificada ou deteriorada	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
S	Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a

			federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
T	Participação na licitação de empresa constituída com a finalidade de burlar penalidade aplicada anteriormente	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XI	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.
U	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. XII	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 36 a 60 meses	Até 30% em relação ao valor total homologado na licitação. Caso o certame tenha sido frustrado, a base de cálculo da multa será o valor estimado para a licitação.

14.5.1.1 As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas do licitante nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, ~~pelos seguintes meios~~ para o e-mail: *licita@ufpr.br*.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Pregoeira, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus

anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://proad.ufpr.br/licitacoes/>.

16.11. A entrega da proposta implica automática aceitação pela proponente, sem nenhuma ressalva, de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

17. DO FORO

17.1. Por força do disposto no artigo 109, inciso I da Constituição Federal, o foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná / Subseção Judiciária de Curitiba será competente para resolver questões relativas ao presente instrumento, bem como para as atas de registros de preços dele decorrentes, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

Anexo A - Regras Aplicáveis ao Instrumento Substitutivo do Contrato

Anexo B - Termo de Ciência e Concordância

Anexo C - Lista de Endereços para Entrega

Anexo D - Modelo de Proposta

Anexo E - Da Forma de Apresentação do Folheto Técnico/Catálogo

ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar

ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preços

Curitiba/PR, 03 de fevereiro de 2026.

SANDRA MARA REIS DOS SANTOS

Pregoeira Oficial



Documento assinado eletronicamente por **SANDRA MARA REIS DOS SANTOS, ASSESSOR(A) DA UNIDADE DE PLANEJAMENTO E CONTROLE DE LICITAÇÕES - PROAD/CLIC/UPCL**, em 03/02/2026, às 12:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida [aqui](#) informando o código verificador **8560413** e o código CRC **78C57DBD**.

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Processo Administrativo nº 23075.045751/2025-43

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender às necessidades de diversas unidades da Universidade Federal do Paraná, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATMAT	Unidade de medida	Quantidade	Valor máximo unitário (R\$)	Valor máximo total (R\$)
1	Apoio ergonômico para pés. Estrutura em metal com tratamento anticorrosivo e sapatas antidesslizantes; base em material plástico resistente ou metal, com cobertura antiderrapante e regulagem de	326126	Un.	153	84,37	12.908,61

	inclinação. Cor preferencial: preta. Dimensões mínimas da base 43x29cm.					
2	Avental de segurança para proteção do tronco do usuário contra riscos de origem química; confeccionado em nylon emborrachado ou PVC forrado ou tecido sintético revestido de PVC; totalmente impermeável e sem emendas; alça no pescoço e tiras para regulagem na cintura. Dimensões mínimas 120x60cm (AxL). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	618553	Un.	37	21,68	802,16
3	Avental de segurança para proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; confeccionado em PVC; cor branca; tipo impermeável; alça no pescoço e tiras para regulagem na cintura. Dimensões mínimas: 100x60cm (AxL). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	238638	Un.	7	16,43	115,01
	Bota de cano longo; confeccionada em PVC injetado em uma só peça; cor BRANCA; forrada internamente; totalmente fechada, com resistência ao escorregamento.					

4	Disponível nos tamanhos 34 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. O calçado ocupacional deverá estar em conformidade com os requisitos básicos apresentados pela ABNT NBR ISO 20347/2015. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	451485	Par	26	42,69	1.109,94
5	Bota de cano longo; confeccionada em PVC injetado em uma só peça; cor PRETA; forrada internamente; totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Disponível nos tamanhos 34 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. O calçado ocupacional deverá estar em conformidade com os requisitos básicos apresentados pela ABNT NBR ISO 20347/2015. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	333014	Par	33	40,59	1.339,47
	Botina de segurança em couro vaqueta. Cor preta. Lingueta fole e colarinho acolchoado; fechamento com cadarço preto em poliéster, com ponteiros resinadas; forrada; palmilha					

6	higiênica com tratamento antimicrobiano; solado em poliuretano bidensidade. Disponível nos tamanhos 36 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	413414	Par	20	179,80	3.596,00
7	Capa de chuva. Capa de segurança confeccionada em PVC forrado, com capuz e manga longa. Totalmente soldada eletronicamente (sem costuras), com fechamento através de botões frontais. Cor amarela. Disponível nos tamanhos M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	477889	Un.	61	20,73	1.264,53
8	Capacete de segurança Classe E (aprovado para uso em ambientes energizados); Tipo I; com aba frontal; suspensão com sistema catraca, fixada ao casco com, no mínimo, 4 pontos de fixação; tira jugular em tecido. Casco em Polietileno de alta densidade, com faixa refletiva (para melhor visibilidade em	441220	Un.	9	103,50	931,50

	ambientes com baixa luminosidade). Cor: A definir na ordem de fornecimento, de acordo com o catálogo do fornecedor. Capacete com Certificado de Aprovação (C.A) válido e marcação de conformidade do INMETRO obrigatória gravada no casco.					
9	Chuveiro e lava-olhos de emergência. Produzido em metal com tratamento anticorrosivo e material plástico resistente; esguichos com tampas de proteção; com válvulas independentes para acionamento do chuveiro e do lava-olhos. O chuveiro e lava-olhos deverão estar em conformidade com os requisitos de desempenho e uso apresentadas pela ABNT NBR 16291:2014.	373086	Un.	6	985,00	5.910,00
10	Colete refletivo fluorescente. Para segurança Classe 2; produzido em conformidade com a NBR 20471:2015 (ou norma superveniente); confeccionado em poliéster, com faixas retrorrefletivas horizontais com largura mínima de 50mm, espaçadas entre si com distância mínima igual à largura da faixa; com "x" refletivo nas costas; com bolso; fechamento com	220536	Un.	16	23,14	370,24

	zíper. Regiões em contato com o corpo do usuário deverão ser isentas de asperezas, bordas afiadas ou projeções que possam causar irritação ou ferimentos. Disponível nos tamanhos M, G e XG, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.					
11	Colete salva-vidas. Classe III; modelo jaleco (de vestir como jaqueta); produzido em material resistente à água do mar, água doce, petróleo e seus derivados e a fungos; com gola; com apito resistente à oxidação, preso por um fiel; homologado pela Marinha do Brasil, atendendo aos requisitos da NORMAM-321/DPC ou NORMAM-05/DPC (desde que o Certificado de Homologação esteja dentro do prazo de validade e em situação 'Ativo' junto à Diretoria de Portos e Costas - DPC). Tamanho grande (para pessoas com massa entre 55 e 110kg); cor laranja.	374339	Un.	13	204,90	2.663,70
	Jaleco de manga longa sem punho. Produzido em brim (100% algodão); corte reto; comprimento 7/8 (altura do joelho); unissex; na cor branca; com dois bolsos inferiores; fechamento com 5					

12	botões; gola modelo italiano; cinto traseiro; sem abertura traseira. Deverá possuir acabamento perfeito, que garanta a qualidade e boa apresentação das peças. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.	455529	Un.	115	74,90	8.613,50
13	Jaleco manga longa. Produzido em gabardine (100% poliéster); corte reto; comprimento 7/8 (altura do joelho); unissex; cor branca; manga longa sem punho; com dois bolsos inferiores; com 5 botões; gola modelo italiano; cinto traseiro; sem abertura traseira. Deverá possuir acabamento perfeito, que garanta a qualidade e boa apresentação das peças. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.	254097	Un.	203	52,70	10.698,10
14	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica; palma antideslizante; forro em algodão flocado. Comprimento total de, no mínimo, 30cm. Disponível nos tamanhos M, G e GG, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra agentes	365522	Par	145	5,90	855,50

	abrasivos, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).					
15	Luva de segurança confeccionada em grafatex de fibra de aramida; cinco dedos; forro de algodão ou lã; punho no mesmo material da luva com, no mínimo, 20cm de comprimento; suportar o contato a temperaturas de até 250°C. Proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas e calor de contato). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	420681	Par	18	160,30	2.885,40
16	Luva de segurança confeccionada em látex natural banhado com neoprene; palma antiderrapante; forro em algodão flocado. Disponível nos tamanhos M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	318323	Par	42	7,81	328,02

17	Luva de segurança confeccionada em malha de aço inoxidável, espessura mínima de 0,5mm; cinco dedos; ambidestra; fechamento ajustável através de presilhas e botões no punho. Disponível nos tamanhos P, M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra cortes por facas manuais e objetos cortantes similares. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	232276	Un.	6	259,43	1.556,58
18	Luva de segurança confeccionada em PVC, forrada, palma áspera. Comprimento total de, no mínimo, 70 cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	318409	Par	13	48,00	624,00
19	Luva de segurança confeccionada em PVC; forrada, palma áspera. Comprimento total de, no mínimo, 45cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes	318401	Par	20	19,00	380,00

	e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).					
20	Luva de segurança confeccionada em raspa; com reforço em couro na palma e polegar; cinco dedos; suportar o contato a temperaturas de até 350°C. Comprimento total de, no mínimo, 30cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	376323	Par	11	73,90	812,90
21	Luva de segurança confeccionada em raspa; com reforço interno na palma e tira de reforço externo entre o polegar e indicador; cinco dedos; punho com, no mínimo, 7cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	440935	Par	41	15,30	627,30
	Luva de segurança tricotada em fios de algodão/poliéster, palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de					

22	PVC. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos e escoriantes. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	355664	Par	115	3,94	453,10
23	Luva para procedimentos não-cirúrgicos, confeccionada em borracha nitrílica; descartável; não estéril; ambidestra; hipoalergênica; sem talco. Cor azul. Caixa com 100 unidades. Disponível nos tamanhos P, M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	375711	Cx.	493	23,75	11.708,75
24	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo peça facial inteira. Com vedação da copa nasal em silicone atóxico; lente em policarbonato com amplo campo de visão, sem distorções; com 5 pontos de ajuste e sustentação independentes da área de vedação. Deverá vir acompanhado de dois filtros químicos para gases ácidos e filtros mecânicos contra poeiras, névoas e fumos. Com Certificado de Aprovação de	425526	Un.	4	339,41	1.357,64

	Equipamento de Proteção Individual (C.A.).					
25	<p>Máscara de solda; escurecimento automático de tonalidade variável DIN 9 a 13 com visor fechado. Aplicação: soldagem por eletrodo revestido, MIG, TIG e plasma, no mínimo. Características mínimas: dimensões do campo de visão 90x40mm; proteção contra raios Ultravioleta (UV15) e Infravermelho (IV14); tempo de reação menor que 0,5s. Função liga/desliga automática; com potenciômetro para ajuste do nível de escurecimento; com catraca ajustável e bandana confortável e anatômica. Alimentação por células solares. Proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes, luminosidade intensa e radiações provenientes de serviços de soldagem. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).</p>	613684	Un.	4	160,77	643,08
	Máscara tipo N95 PFF2. A máscara deverá possuir clipe nasal e elásticos nas laterais para adaptação às orelhas. Sem válvula de exalação.					

26	<p>Antialérgica e atóxica. Deverá ser antisséptica e inerte, além de possuir baixa condutividade térmica e inflamabilidade. Cor preferencial: azul. A embalagem deverá ser individual, original do fabricante e deverá trazer informações de marca, modelo, prazo de validade sendo este não inferior a 12 meses a contar da data de entrega. O produto deverá possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021.</p>	485530	Un.	7228	0,72	5.204,16
27	<p>Óculos de segurança do tipo ampla visão. Com lentes em policarbonato incolor e elástico confortável para ajuste de tamanho. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco; possuir vedação que se ajuste à face; proteger contra respingos de substâncias químicas e impactos de partículas volantes; possuir sistema de ventilação indireta para minimizar o embaçamento. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de</p>	293772	Un.	128	86,26	11.041,28

	Proteção Individual (C.A.).					
28	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção com curvatura lateral. Com lentes em policarbonato incolor e armação confeccionada em nylon. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	334300	Un.	148	5,83	862,84
29	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção lateral e para sobreposição de óculos graduados. Com lentes em policarbonato incolor, material armação em policarbonato. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	450515	Un.	226	5,33	1.204,58
30	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção lateral. Com lentes em policarbonato incolor, material armação em policarbonato. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	321891	Un.	156	10,85	1.692,60

31	Protetor auditivo do tipo inserção pré-moldado (par), confeccionado em silicone, no formato cônico com três flanges concêntricos, de diâmetros variáveis. Tamanho único, com cordão e caixa plástica. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	337283	Un.	398	1,78	708,44
32	Protetor facial. Características mínimas: Protetor facial de segurança para proteção dos olhos e face do usuário contra impacto de partículas volante, constituído de carneira de plástico ajustável, testeira em material resistente e visor transparente incolor com, no mínimo, 200 mm de largura e, no mínimo, 200mm de altura. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	274559	Un.	138	23,14	3.193,32
	Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF2; classe S; dobrável; com camada de carvão ativado; tirantes de cabeça de elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal; com válvula de exalação. Para proteção das vias respiratórias					

33	<p>contra poeiras, névoas, fumos e no alívio de odores incômodos provenientes de certos vapores orgânicos em concentração abaixo do nível de ação. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021.</p>	486888	Un.	256	2,61	668,16
34	<p>Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF2; classe S; dobrável; com tirantes de cabeça de elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal; com válvula de exalação. Para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de</p>	486884	Un.	131	1,52	199,12

	10/12/2021					
35	Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF3; classe S; com válvula de exalação; tirantes de cabeça em elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Utilizado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021	486905	Un.	170	2,09	355,30

GRUPO 01 (itens 36 e 37)

	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo semifacial para proteção das vias respiratórias. Peça semifacial produzida em material plástico ou elastomérico atóxico; com duas entradas para filtros químicos; válvulas de inalação e exalação; com quatro pontos de fixação com ajuste através de passadores. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do					
--	---	--	--	--	--	--

36	<p>empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.). Deverá vir acompanhada com um par de filtros químicos para proteção contra a inalação de formaldeído, até 3 ppm, aprovados pelo NIOSH, destinados a fornecer proteção respiratória contra determinadas concentrações de gás ou vapor em até 10 vezes o Limite de Exposição Permitido (PEL) estabelecido pela OSHA, quando utilizados com máscara semifacial. O par de filtros químicos deve ser composto por carvão ativado tratado, com peso aproximado de 210g (±10%) por par. (Referências não restritivas: respirador 3M série 6000; filtros químicos 3M 6005, ou similar tecnicamente equivalente).</p>	332883	Cj.	32	290,80	9.305,60
	<p>Filtros químicos para proteção contra a inalação de formaldeído, até 3 ppm, aprovados pelo NIOSH, destinados a fornecer proteção respiratória contra determinadas concentrações de gás ou vapor em até 10 vezes o Limite de Exposição Permitido (PEL) estabelecido pela OSHA, quando utilizados com máscara semifacial.</p>					

37	O par de filtros químicos deve ser composto por carvão ativado tratado, com peso aproximado de 210g (±10%) por par. (Referência não restritiva: 3M 6005, ou similar tecnicamente equivalente). O modelo ofertado deve estar expressamente listado como acessório aprovado no Certificado de Aprovação (CA) da máscara semifacial correspondente, devendo o par de filtros ser totalmente compatível com a máscara semifacial para proteção das vias respiratórias, item 36.	611063	Par	47	154,60	7.266,20
VALOR ESTIMADO - GRUPO 01 (R\$)						16.571,80
GRUPO 02 (itens 38 e 39)						
38	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo semifacial para proteção das vias respiratórias. Peça semifacial produzida em material plástico ou elastomérico atóxico; com duas entradas para filtros químicos; válvulas de inalação e exalação; com quatro pontos de fixação com ajuste através de passadores. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.). Deverá vir acompanhada com dois filtros químicos, classe 1, contra a inalação de vapores orgânicos (VO) até	336783	Cj.	63	79,79	5.026,77

	1000ppm e gases ácidos (GA) até 1000ppm.					
39	Filtro químico; classe 1; contra a inalação de vapores orgânicos (VO) até 1000ppm e de gases ácidos (GA) até 1000ppm. Totalmente compatível com a máscara semifacial para proteção das vias respiratórias, item 38.	461891	Un.	58	22,08	1.280,64
VALOR ESTIMADO - GRUPO 02 (R\$)						6.307,41
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA A PROPOSTA (R\$)						120.564,04

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4 Os itens que compõem os GRUPOS 01 e 02 devem ser compatíveis entre si, a fim de evitar desconformidades em seus funcionamentos.

1.5 Havendo diferença entre o descritivo do código CATMAT adotado (catálogo de materiais disponível em compras.gov.br) e o descritivo do Termo de Referência, o texto válido será sempre o deste Termo de Referência.

1.6 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.6.1 Na hipótese de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.7 O prazo de vigência da contratação é de 15 (quinze) dias contados da data de envio da Nota de Empenho pela unidade solicitante ao fornecedor, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8 O anexo A (Regras para o instrumento substitutivo ao contrato) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, com o registro do Documento de Formalização da Demanda nº 10/2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 75095679000149-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 02/05/2024;

III) Id do item no PCA: 1724;

IV) Classe/Grupo: 4240 - EQUIPAMENTO PARA SEGURANÇA E SALVAMENTO;

V) Identificador da Futura Contratação: 153079-3/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para o atendimento da necessidade, será necessário:

4.1.1 Que todos os produtos deverão ter seus registros nos órgãos competentes inerentes às características do produto, se assim a legislação o exigir, e deverão trazer nas embalagens informações de identificação, como: fabricante, marca, composição, lote, data de validade e número do Certificado de Aprovação (CA) do EPI / Selo de Identificação da Conformidade INMETRO / registro Anvisa / Certificado de homologação DPC Marinha do Brasil, conforme aplicável compulsoriamente pela legislação vigente.

4.1.2 Que todos os Equipamentos de Proteção Individual possuam Certificado de Aprovação (C.A.), nos termos da NR-6, e suas alterações/atualizações, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Sustentabilidade

4.2 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Edição):

4.2.1 Que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.2.2 Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o

transporte e o armazenamento;

4.2.3 Que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.2.4 Para o fornecimento dos produtos, objeto deste Termo de Referência, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

4.2.5 Adicionalmente, deverão ser observadas as diretrizes estabelecidas no Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Paraná, especialmente no que se refere ao descarte ambientalmente adequado dos resíduos gerados.

4.3 Considerando que o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis não contempla critérios ambientais específicos para todos os tipos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), serão adotadas, de forma complementar, as normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao objeto, expedidas pelos órgãos e entidades competentes, notadamente o Ministério do Trabalho e Emprego, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

4.4 Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às normas técnicas e regulamentares aplicáveis a cada tipo de EPI, conforme disposto neste Termo de Referência, assegurando padrões mínimos de qualidade, segurança, desempenho e avaliação da conformidade.

4.5 A observância das normas técnicas e regulatórias mencionadas será considerada medida de sustentabilidade, na medida em que contribui para a ampliação da vida útil dos produtos, a redução da necessidade de substituições frequentes e a mitigação de impactos ambientais e à saúde decorrentes do fornecimento de EPIs inadequados ou de baixa durabilidade.

Indicação de marcas ou modelos

4.6 Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas, características ou modelos, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

- Item 36 – Marcas de referência: 3M série 6000 e 3M 6005; e
- Item 37 – Marca de referência: 3M 6005.

Subcontratação

4.7 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Da participação de empresas reunidas em Consórcio

4.9 Devido à natureza e complexidade do objeto, não se identifica a necessidade de autorizar a participação de empresas reunidas em consórcio, vez que as empresas isoladamente são capazes de atender a demanda.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A contratação dos itens será parcelada, em quantidades variáveis, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da UFPR, durante o período de validade da Ata de Registro de Preços.

Condições de Entrega

5.2. O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho enviada pela unidade solicitante ao fornecedor.

5.3 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4 Os bens deverão ser entregues nos endereços indicados na nota de empenho, conforme **Anexo C** deste Termo de Referência.

5.5 Esclarecimentos sobre as entregas poderão ser obtidos com os servidores identificados na nota de empenho.

5.6 Não serão aceitas entregas parciais de um mesmo empenho.

5.7 Todos os itens entregues deverão estar acondicionados e embalados conforme prática do fabricante, a fim de resguardar a integridade do produto durante o transporte e armazenamento.

5.8 Os funcionários da transportadora deverão observar o empilhamento máximo permitido das caixas, dentre outras recomendações do fabricante.

5.9 Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento e outras existentes, correrão por conta das empresas vencedoras.

5.10 No momento da entrega, o prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

5.11 Os produtos fornecidos devem estar plenamente de acordo com a especificação descrita neste Termo de Referência, e serem da mesma marca e modelo ofertados e aprovados no parecer técnico.

Garantia

5.12 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O gerenciamento do saldo dos itens da ata de registro de preços será responsabilidade da Unidade de Planejamento e Controle de Licitações da Coordenadoria de Licitações e Contratações.

6.2 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.4 As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5 O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6 Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7.1 Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, no processo de compra será indicado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, a cada empenho ou contrato gerado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

Fiscalização Técnica

6.8 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato/ata de registro de preços, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato/ata de registro de preços.

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato/ata de registro de preços, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17 Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18 Para o gerenciamento das atas de registro de preços aplicar-se-á no que couber o disposto nesta sessão.

7 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (da fase da execução contratual)

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

iv. Multa, considerando os seguintes parâmetros:

ID	Falha apurada	Fundamento legal	Sanção	Multa
a)	Dar causa à inexecução parcial do contrato	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	De 6 a 20% do valor previsto no contrato ou em instrumento substitutivo
b)	Deixar de prestar garantia ou assistência técnica aos materiais fornecidos	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	De 6 a 20% do valor previsto no contrato ou em instrumento substitutivo. Sem prejuízo de possíveis restituições de custos à Administração, originadas por falhas na prestação da garantia.
c)	Recusar-se ou deixar de prestar parcela do Contrato de fornecimento ou de prestação dos serviços, nos prazos contratados	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	De 6 a 20% do valor previsto no contrato ou em instrumento substitutivo
d)	Interromper a prestação dos serviços ou o fornecimento	Lei 14.133/2021,	Advertência e	Até 10% do valor total

u)	continuado, após iniciada a execução do Contrato	art. 156 inc. I e II	Multa	remanescente da obrigação
e)	Recusar-se ou deixar de atender solicitação formal da fiscalização do Contrato, necessários à boa execução contratual	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	De 6 a 20% do valor previsto no contrato ou em instrumento substitutivo
f)	Recusar-se ou deixar de cumprir normas internas da UFPR, apontadas em relatório de fiscalização	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	De 6 a 20% do valor previsto no contrato ou em instrumento substitutivo
g)	Deixar de ressarcir danos ao patrimônio da UFPR ou à integridade física ou patrimonial de terceiros, em decorrência de ação ou omissão durante a execução do Contrato	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	Moratória de 0,2% por dia em que a falha persistir, até o limite de 10%. Compensatória de até 10% do valor faturado no mês do inadimplemento, sem prejuízo das demais custas com o ressarcimento dos danos causados
h)	Entregar material ou serviço com características diversas daquelas constantes no Edital de Licitação, recusando-se ou deixando de efetuar a substituição no prazo fixado pela UFPR	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	Até 10% em relação ao valor da obrigação
	Entregar material ou serviço com características diversas			Moratória de 0,5% por dia de

i)	daquelas constantes no Edital de Licitação, efetuando a substituição fora do prazo fixado pela UFPR	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. I e II	Advertência e Multa	atraso, até o limite de 10%. Compensatória de até 5% em relação ao valor da obrigação
j)	Deixar de manter as condições de habilitação, após a homologação do certame licitatório inviabilizando procedimentos específicos da UFPR, como a prorrogação contratual ou o registro de empenho	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. I e II	Advertência e Multa	De até 3% do valor relativo ao empenho a ser emitido
k)	Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 1 ano e Multa	Agravada em 50% em relação à prevista para os casos de advertência
l)	Dar causa à inexecução total do contrato	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos e Multa	Até 30% em relação ao valor total do Contrato
m)	Recusar-se ou deixar de fornecer material ou serviço registrado em Ata de registro de preços	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos e Multa	Até 30% em relação ao valor total da ARP
n)	Recusar-se ou deixar de fornecer os materiais ou de prestar os serviços, integralmente	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 3 anos e Multa	Até 30% em relação ao valor total do Contrato

o)	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos e Multa	Até 10% em relação ao valor total do Contrato
p)	Atrasar a entrega de material ou serviço por prazo de até 15 (quinze) dias [igual ao prazo contratual]	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos e Multa	Moratória de 0,3% por dia de atraso, até o limite de 10%.
q)	Atrasar a entrega de material ou serviço por prazo superior a 15 (quinze) dias [ultrapassar o dobro do previsto para entrega]	Lei 14.133/2021, art. 156 inc. II e III	Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União por até 2 anos e Multa	Moratória de 0,5% por dia de atraso, até o limite de 10%. Compensatória de até 5% em relação ao valor da obrigação
r)	Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
s)	Fazer declaração falsa sobre seu enquadramento fiscal	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
			Declaração de inidoneidade para licitar e	

t)	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
u)	Comportar-se de modo inidôneo	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
v)	Cometer fraude de qualquer natureza	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. X, art. 156 inc. II e IV	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
w)	Omitir informações em notas fiscais	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
		Lei	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da	

x)	Falsificar ou alterar notas fiscais	14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato
y)	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Lei 14.133/2021, art. 155 inc. VIII, art. 156 inc. II e IV	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 a 6 anos e multa	Até 30% do valor total do Contrato

***6% de 1/12 = 0,5% do valor total do contrato

7.2.1. As sanções listadas na tabela acima não esgotam a possibilidade de enquadramento das condutas do Contratado nas infrações previstas nesta Seção, com a aplicação das penalidades cabíveis.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou

cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução

Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo informado em sua proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e

trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/12/2025.

8.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice *Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO para os itens 1 a 35, e o critério de MENOR PREÇO POR GRUPO para os itens 36 e 37 (Grupo 1) e os itens 38 e 39 (Grupo 2).

9.1.1 O modo de disputa será o Aberto, tendo como intervalo de lances em 0,25% do valor dos itens convertidos em moeda Real.

Forma de fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será integral a cada solicitação de fornecimento, podendo as solicitações ocorrer de forma parcelada, conforme a conveniência da Administração e nos termos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

Exigências de habilitação

9.3 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

9.4 Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede,

conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.4.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.5 Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.5.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.5.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.5.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.5.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.5.8 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que

pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.6 Qualificação Econômico-Financeira

9.6.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.6.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.6.3 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.6.4 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.6.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.6.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.7 Qualificação Técnica

9.7.1 Os critérios de habilitação técnica serão dispensados, dada a previsão de entrega imediata nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

9.8 Documentos para aferição da proposta

9.8.1 Para aferição da proposta deverá ser apresentado os seguintes documentos:

9.8.1.1 Catálogo e/ou ficha técnica do fabricante, do qual se possa verificar as especificações técnicas e demais características do produto ofertado, conforme roteiro descrito no *Anexo E*.

9.8.1.1.1 Não serão considerados catálogos documentos criados pelo licitante, e que sejam mera cópia de imagens da internet com a especificação descrita neste termo de referência;

9.8.1.1.2 Serão considerados catálogos indicações do sítio dos fabricantes na internet, desde que seja possível a verificação do modelo/código do produto informado na proposta.

9.9 Dos documentos necessários para assinatura da Ata de Registro de Preços

9.9.1 Recomenda-se que os licitantes providenciem seu cadastro no sistema de processo eletrônico da UFPR, visando agilizar os trâmites para assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação).

9.9.1.1 O cadastro deve ser feito pelo representante legal da empresa, no sítio <http://www.sei.ufpr.br>, escolhendo a opção “Acesso Usuário Externo”.

9.9.1.2 A assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação) poderá ser realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

9.9.1.2.1 Não haverá envio de documentos por correio nas situações cuja assinatura da ata de registro de preços (Anexo III do edital de licitação) seja realizada através do Sistema de Processo Eletrônico da UFPR.

9.9.2 Para a assinatura da Ata de Registro de Preços a licitante vencedora deverá apresentar **o Termo de Ciência e Concordância** preenchido e assinado, conforme **Anexo B** desse Termo de Referência.

Disposições gerais sobre habilitação

9.10 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.12 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.13 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.14 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 120.564,04 (cento e vinte mil quinhentos e sessenta e quatro reais e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da emissão da Nota de Empenho.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Curitiba, 18 de dezembro de 2025.

Douglas Gustavo de Andrade

Administrador

Eduardo Fabiano Pereira

Assistente em Administração

ANEXO A

REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1 O adjudicatário terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato - Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2 O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3 O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 Referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2 O Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (**Anexo B**).

2 VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1 São obrigações do Contratante:

3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4 OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

a) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

b) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

c) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

d) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em

risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11 Manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.1.12 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.1.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1 A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3 Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4 A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6 A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7 A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6 DOS CASOS OMISSOS

6.1 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7 ALTERAÇÕES

7.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5 Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8 FORO

8.1 Fica definido o Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Paraná / Subseção Judiciária de Curitiba para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO B

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº 90.004/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

ANEXO C

LISTA DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA

PRÉDIO HISTÓRICO

Praça Santos Andrade, 50
Centro, Curitiba –PR.
CEP: 80020-300

REITORIA

Rua XV de Novembro, 1299
Centro, Curitiba – PR
CEP: 80060-000

PROGEPE

Rua Dr. Faivre, 405
Centro, Curitiba – PR
CEP: 80060-140

PRÓ-REITORIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Rua Dr. Faivre, 105 - Edifício José Rodrigues Vieira Netto
Centro, Curitiba - PR
CEP: 80060-140

CAMPUS CENTRO POLITÉCNICO

Rua Cel. Francisco H. dos Santos, 210 (esquina c/BR 277)
Jardim das Américas, Curitiba – PR
CEP: 81531-980

CAMPUS AGRÁRIAS

Rua dos Funcionários, 1540
Cabral, Curitiba – PR
CEP: 80035-050

CAMPUS JARDIM BOTÂNICO

Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632
Jardim Botânico, Curitiba – PR
CEP: 80210-170

CAMPUS JUVENVÊ

Rua Bom Jesus, 650
Juvê, Curitiba –PR
CEP: 80035-010

CAMPUS REBOUÇAS

Rua João Negrão, s/n (esquina com Av. Sete de Setembro).
Rebouças, Curitiba, PR
CEP 80230-150

CAMPUS JARDIM DAS AMÉRICAS – SEPT

Rua Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1225
Jardim das Américas, Curitiba – PR
CEP: 81520-260

DEPARTAMENTO DE ARTES

Rua Coronel Dulcídio, 638
Batel, Curitiba – PR
CEP: 80420-170

BIBLIOTECA CENTRAL / RU CENTRAL

Rua General Carneiro, 360/370/380
Centro, Curitiba –PR.
CEP: 80020-300

EDIFÍCIO JOSÉ MUNHOZ DE MELLO

Rua Ubaldino do Amaral, 321
Alto da Glória, Curitiba, PR

CEP: 80060-195

SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/ LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENFERMAGEM

Rua Conselheiro Araújo, s/nº (esquina c/Gal. Carneiro)
Centro, Curitiba – PR
CEP: 80060-900

SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – SEDE CENTRO

Rua Padre Camargo, 280 (Fundos do Hospital de Clínicas)
Alto da Glória, Curitiba – PR
CEP: 80060-240

CEEX – FAZENDA CANGUIRI

Rua Ivone Pimentel, 1000
Canguiri, Pinhais – PR
CEP: 83.326-730

CAMPUS PIRAQUARA

Rod. Deputado João Leopoldo Jacomel, 4015
Laranjeiras, Piraquara – PR
CEP: 83.302-000

CAMPUS PONTAL DO PARANÁ – CENTRO DE ESTUDOS DO MAR

Av. Beira Mar, s/nº
Pontal do Paraná – PR
CEP 83255-971

CAMPUS LITORAL

Rua Jaguariaíva, 512
Matinhos – PR
CEP: 83260-000

CAMPUS MIRASSOL

Rua Rio Grande do Norte, 145 – Entrada 10
Balneário Mirassol, Pontal do Paraná – PR
CEP 83255-000

CAMPUS PALOTINA

Rua Pioneiro, 2153
Jardim Dallas, Palotina – PR
CEP: 85950-000

CAMPUS AVANÇADO DE JANDAIA DO SUL

- 1) Rua Dr. João Maximiano, 426, Vila Operária, Jandaia do Sul – PR
CEP: 86900-000
- 2) Estrada da Amizade, Km 02, Gleba Patrimônio Jandaia, Jandaia do Sul - PR
CEP: 86900-000
- 3) Rua Renê Taccola, 152, Centro, Mandaguari/PR
CEP 86.975-000

CAMPUS TOLEDO

Biopark - Parque Científico e Tecnológico em Biociências

Rodovia PR 182 s/n - km 320/321
Toledo - PR
CEP: 85919-899

EXTENSÃO MARIPÁ
Prolongamento da Av. General Canabarro, s/n
Maripá – PR
CEP: 85955-000

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA
Rua XV de Novembro, 575
Paranaguá - PR
CEP: 83203-010

ANEXO D
MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO Nº 23075.045751/2025-43
PREGÃO Nº 90.004/2026 - UFPR (UASG 153079)

Dados da Empresa:	(CNPJ, razão social, endereço, telefone, correio eletrônico, nome do representante legal da empresa, nome do responsável pela assinatura da ata, número de telefone, fixo e/ou celular)
Dados para Pagamento:	(Banco, agência, número da conta corrente, praça de pagamento)

Item	Descrição	Marca /Fabricante /Modelo	Número do CA do EPI / Registro Inmetro / Registro Anvisa / Homologação Marinha do Brasil	Site do fabricante	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
01							
02							
03							
(...)							
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R\$)							

Do Detalhamento dos Custos de Fornecimento:

Item	Descrição	% Valor de aquisição	% Frete	% Impostos e Tributos	% Custos Indiretos e Lucro
01					

02					
03					
(...)					

Da forma de Entrega da Garantia do Contrato:

(X) Não se aplica (Não há exigência de garantia contratual)

- *Validade da proposta: 90 (noventa) dias.*
- *Neste preço estão incluídas todas as despesas com frete, impostos e outros.*

Local e data.

Assinatura do Responsável

ANEXO E

DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO FOLHETO TÉCNICO/CATÁLOGO

1. Conforme a previsão do Termo de Referência, o envio de catálogo, ficha técnica do produto ou indicação do site do fabricante será OBRIGATÓRIO a partir da convocação da Pregoeira.

2. *Para aferição das especificações técnicas dos produtos as empresas deverão anexar no sistema Compras.gov a ficha técnica do produto ou indicação do site do fabricante no prazo de até 24 horas, contadas a partir da convocação da Pregoeira na fase de aceitação das propostas.*

3. DA FICHA TÉCNICA

3.1 Para fins de análise são considerados como ficha técnica:

a) Documento técnico emitido pelo fabricante, contendo as especificações do produto ofertado;

b) Catálogo do fabricante, contendo as especificações técnicas do produto, desde que, seja possível a verificação do modelo/código do produto informado na proposta;

c) Laudo de análise emitido pelo fabricante ou por laboratório independente, assinado por profissional legalmente habilitado e do qual se possa verificar as especificações técnicas e demais características do produto ofertado;

d) Foto da embalagem ou rótulo do produto, perfeitamente legíveis, onde seja possível verificar se as informações contidas nestes atendem às especificações técnicas exigidas em edital;

e) Indicação do site do fabricante na internet, desde que, seja possível a verificação do modelo/código do produto informado na proposta e que contenha as especificações técnicas do produto.

3.2 Critérios para aceitação da ficha técnica

- a) Somente serão aceitos documentos oficiais do FABRICANTE;
- b) No caso de apresentação de laudo de análise emitido por laboratório independente, ele deve ser assinado por profissional legalmente habilitado nos conselhos de classe tais como CRQ, CREA, CRBio, CRF etc.
- c) No caso em que a empresa licitante seja a própria fabricante, na impossibilidade de envio de ficha técnica, será aceita declaração de que a empresa fabricará os produtos conforme as especificações solicitadas em edital, estando a empresa sujeita às penalizações no caso de entrega de produto inferior ao solicitado;
- i. Para a aceitação da declaração será necessário que a empresa licitante possua o código de atividade compatível com o processo de produção/fabricação do item ofertado.
- d) Não serão consideradas fichas técnicas, documentos criados pelo próprio licitante, e que sejam mera cópia de imagens da internet com a especificação descrita no Termo de Referência.
- e) No caso de catálogo, indicação do site do fabricante ou outro documento que contenha mais de um produto informado, a empresa licitante deverá fazer a indicação da referência exata do produto.
- f) Caso o licitante opte por fazer a indicação do site do fabricante, esta poderá ser informado diretamente na Proposta de preços, conforme modelo disponibilizado no **Anexo D**. Neste caso, o envio da ficha técnica será facultativo.
- g) A falta da ficha técnica ou a sua apresentação em desacordo aos critérios estabelecidos neste Anexo acarretará a DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA do licitante na fase de Aceitação.

4. DO PARECER TÉCNICO

- 4.1 Todos os produtos ofertados passarão por análise e Parecer Técnico, a ser realizado pela equipe responsável. A análise confrontará as especificações técnicas dos produtos ofertados com as especificações solicitadas em edital.
- 4.2 Serão desclassificadas as empresas que ofertarem produtos com especificações inferiores, ou fora da margem prevista em edital.
- 4.3 Na análise da documentação apresentada, havendo qualquer necessidade de esclarecimento ou complementação de informação, será realizada diligência, preferencialmente, por e-mail, junto ao licitante, que se responsabilizará pelas informações prestadas. No caso de documentos técnicos em língua estrangeira, caberá ao licitante fazer as indicações das especificações técnicas e traduções necessárias em fase de diligência.
- 4.4 O não atendimento da diligência no prazo fixado, ou a recusa em fazê-lo, ensejará a desclassificação da proposta.

5. CONSIDERAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

5.1 Para a elaboração de sua proposta, a empresa licitante deverá buscar junto aos seus fornecedores a informação/garantia de que o produto ofertado não tenha previsão de descontinuidade de linha de produção, evitando assim transtornos no fornecimento dos produtos.

5.2 É de total responsabilidade do licitante a manutenção de sua proposta/lance, sendo que, encerrada a Etapa de lances do Pregão, qualquer solicitação de desclassificação de proposta sob a justificativa de inexecutabilidade de preço sujeitará o licitante a processo de apuração de responsabilidade/penalização.

ANEXO II

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1 Processo Administrativo nº 23075.045751/2025-43

2 DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A Unidade de Planejamento e Controle de Licitações da Coordenadoria de Licitações e Contratações, dentre outras atribuições, tem a responsabilidade pela solicitação de abertura de processos licitatórios para aquisição de bens comuns que possam vir a atender grande número de unidades da Universidade. Essa prática visa a aperfeiçoar o andamento dos trabalhos, evitando, por exemplo, a abertura de diversos processos ao longo do ano, para a compra de itens similares. É o caso de itens de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), objeto do presente ETP.

2.2 Esta demanda é parte do calendário de compras da UFPR e atualmente é suprida pelo Pregão nº 90.092/2024-SRP, vigente até março de 2026, além de outras demandas recebidas pela UPCL através de formulários de inclusão/reserva de itens em registro de preços, e de itens que restaram desertos ou fracassados das licitações anteriores.

2.3 Para a presente contratação foram observados os princípios da padronização, conforme previsto no Art. 47 da Lei nº 14.133/2021. No entanto, até o presente momento, não foram produzidos estudos ou catálogos pelo governo federal que sejam compatíveis com o objeto pretendido.

2.4 A partir das informações levantadas, pode-se classificar os bens

pretendidos como comuns, nos termos do Art. 6º da Lei 14.133/2021. Sendo que os itens não estão enquadrados como bens de luxo conforme trata o art. 20 de Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 10.818/2021.

3 ÁREA REQUISITANTE

3.1 Área: Unidade de Planejamento e Controle de Licitações da Coordenadoria de Licitações e Contratações

3.2 Responsável: Edivan Bubinski Linhares

4 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Para o atendimento da necessidade, será necessário:

4.1.1 O processo de aquisição deverá estar em conformidade com a legislação que rege os processos de contratação da Administração Pública Federal (Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e regulamentações).

4.1.2 A contratação deve considerar total e plenamente a descrição de cada item do Termo de Referência, de modo a atender de maneira satisfatória à demanda interna de Equipamentos de Proteção Individual presentes nesta licitação.

4.1.3 Que todos os produtos deverão ter seus registros nos órgãos competentes inerentes às características do produto, se assim a legislação o exigir, e deverão trazer nas embalagens informações de identificação, como: fabricante, marca, composição, lote, data de validade e número do Certificado de Aprovação (CA) do EPI / Selo de Identificação da Conformidade INMETRO / registro Anvisa / Certificado de homologação DPC Marinha do Brasil, conforme aplicável compulsoriamente pela legislação vigente.

4.1.4 Que todos os Equipamentos de Proteção Individual possuam Certificado de Aprovação (C.A.), nos termos da NR-6, e suas alterações/atualizações, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

4.1.5 Que todos os itens entregues deverão estar acondicionados e embalados conforme prática do fabricante, a fim de resguardar a integridade do produto durante o transporte e armazenamento.

4.1.6 Todos os produtos deverão possuir garantia conforme estabelece a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

4.1.7 A contratação deverá atender aos seguintes dispositivos legais, bem como às suas eventuais atualizações posteriores pertinentes à aquisição de Equipamentos de Proteção Individual:

Norma Regulamentadora nº 6 (NR 6) do Ministério do Trabalho e Emprego - Equipamento de Proteção Individual – EPI – que estabelece os requisitos para aprovação, comercialização, fornecimento e utilização de Equipamentos de Proteção Individual - EPI.

BNT NBR 13393:2019 - Luva à base de borracha de uso geral — Requisitos e métodos de ensaio – que estabelece os requisitos e métodos

de ensaio das luvas feitas de borracha natural, borracha sintética ou misturas de borracha natural e sintética, com a finalidade de garantir produtos eficazes quanto ao seu desempenho.

BNT NBR 13694:2022 - Equipamentos de proteção respiratória - Peças semifacial e um quarto facial – que especifica os requisitos mínimos para as peças semifacial e um quarto facial utilizadas como parte de equipamentos de proteção respiratória.

BNT NBR 13695:2023 - Equipamentos de proteção respiratória - Peças faciais inteiras – que especifica os requisitos mínimos exigíveis para as peças faciais inteiras utilizadas como parte de equipamentos de proteção respiratória.

BNT NBR 13698:2022 - Equipamentos de proteção respiratória — Peça semifacial filtrante para partículas – que especifica os requisitos para as peças semifaciais filtrantes para as partículas utilizadas como equipamentos de proteção respiratória do tipo purificador de ar não motorizado.

BNT NBR 13697:2010 - Equipamentos de proteção respiratória – Filtros para partículas – que especifica os requisitos de filtros para partículas para uso como parte de equipamentos de proteção respiratória do tipo purificador de ar não motorizado.

BNT NBR 12543:2017 - Equipamentos de proteção respiratória – Classificação – que classifica os equipamentos de proteção respiratória de acordo com o modo de funcionamento e os riscos respiratórios existentes em um ambiente de trabalho.

BNT NBR 13712:1996 - Luvas de proteção - que estabelece os princípios gerais para a padronização de luvas de proteção confeccionadas em couro ou tecido.

BNT NBR 15292:2013 - Artigos confeccionados — Vestimenta de segurança de alta visibilidade – que especifica os requisitos para vestimenta de segurança de alta visibilidade, capaz de sinalizar visualmente a presença do usuário. A vestimenta de alta visibilidade se destina a fornecer conspicuidade ao usuário em qualquer condição de luminosidade quando visto por operadores de veículos ou outro equipamento mecanizado durante as condições de luz do dia e sob iluminação de faróis no escuro.

BNT NBR ISO 374-1:2018 - Luvas de proteção contra produtos químicos perigosos e micro-organismos Parte 1: Terminologia e requisitos de desempenho para riscos químicos – que especifica os requisitos para luvas de proteção destinadas a proteger o usuário contra produtos químicos perigosos e define os termos a serem utilizados.

BNT NBR 8221:2019 - Capacete de segurança para uso ocupacional - Especificação e métodos de ensaio – que estabelece tipos e classes de capacetes de segurança para uso ocupacional, fixa os requisitos mínimos quanto às características físicas e de desempenho, e prescreve os ensaios para a avaliação dos referidos capacetes, os quais são destinados à proteção da cabeça contra impactos, penetração e riscos elétricos no uso ocupacional.

BNT NBR ISO 20347:2015 - Equipamento de proteção individual - Calçado ocupacional – que especifica requisitos básicos e adicionais (opcionais) para calçado ocupacional que não é exposto a risco mecânico (impacto ou compressão).

BNT NBR ISO 20344:2015 - Equipamentos de proteção individual - Métodos de ensaio para calçados – que especifica os métodos de ensaio para calçados projetados como equipamento de proteção individual.

BNT NBR ISO 20345:2015 - Equipamento de proteção individual - Calçado de segurança – que especifica requisitos básicos e adicionais (opcionais) para calçado de segurança utilizado para propósitos gerais. Inclui, por exemplo, riscos mecânicos, resistência ao escorregamento, riscos térmicos e comportamento ergonômico.

BNT NBR 16291:2014 - Chuveiros e lava-olhos de emergência — Requisitos gerais – que estabelece os requisitos mínimos de desempenho e uso para os lava-olhos e chuveiros no tratamento de emergência dos olhos ou corpo de uma pessoa que tenha sido exposta a materiais perigosos, abrangendo equipamentos como chuveiros de emergência, lava-olhos, lava-olhos/face e chuveiros com lava-olhos.

Portaria INMETRO / ME - número 502- de 20/12/2021 – que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade para o Equipamento de Proteção Individual (EPI) Capacete de Segurança para uso na Indústria - Consolidado;

ORMAM-321/DPC da Marinha do Brasil - que estabelece normas, requisitos de fabricação, testes de avaliação e procedimentos para homologação de material de salvatagem e equipamentos para transporte de produtos perigosos. (substituiu a NORMAM-05/DPC).

4.2 Garantia da contratação

4.2.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, dado que não foram identificados riscos ou prejuízos que possam ser gerados pela empresa contratada que necessite de calços financeiros.

4.3 Da participação de Consórcio Ou Cooperativa

4.3.1 Será vedada a participação de empresas consorciadas na presente licitação, uma vez que, dada a natureza e complexidade do objeto, as empresas individualmente são capazes de atender à demanda.

4.3.2 Será permitida a participação de Cooperativas.

4.4 Da Subcontratação

4.4.1 Será vedada a subcontratação total ou parcial do objeto.

4.5 Da Qualificação Econômico-Financeira

4.5.1 Considerando a natureza do objeto desta contratação — aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados a atender diversas unidades da Universidade Federal do Paraná — e a relevância desses itens para a proteção da saúde e da integridade física dos servidores, estudantes e colaboradores, propõe-se a exigência de documentação de qualificação econômico-financeira no presente processo licitatório.

4.5.2 A exigência fundamenta-se nos seguintes aspectos:

essencialidade dos EPIs para a manutenção das atividades acadêmicas, administrativas, laboratoriais e operacionais da UFPR, cuja descontinuidade pode expor usuários a riscos ocupacionais e comprometer o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

necessidade de mitigar riscos de inadimplemento contratual, especialmente em razão das contratações parceladas, sob demanda, típico do Sistema de Registro de Preços;

prevenção de prejuízos administrativos, operacionais e institucionais decorrentes de atrasos na entrega, fornecimento irregular ou eventual rescisão contratual, que poderia ensejar a instauração de novo procedimento licitatório.

4.5.3 A exigência encontra amparo no art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a requerer dos licitantes documentos de qualificação econômico-financeira, desde que devidamente motivada a sua necessidade nos estudos técnicos preliminares, como forma de assegurar a execução contratual.

4.5.4 Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira, os licitantes deverão apresentar:

4.5.4.1 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

4.5.4.2 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4.5.4.3 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$G = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$G = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$C = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$$

4.5.4.4 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG)

é Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da parcela pertinente.

4.5.4.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

4.5.4.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

4.5.4.7 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

4.5.5 A adoção dessas exigências visa resguardar a Administração Pública contra riscos operacionais e financeiros, assegurando maior segurança jurídica e econômica à contratação, bem como a continuidade no fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual indispensáveis às atividades desenvolvidas no âmbito da UFPR.

4.6 Qualificação Técnica

4.6.1 Os documentos relativos à qualificação técnica da empresa serão dispensados, dada a previsão de entrega imediata nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

4.7 Das amostras

4.7.1 Não será necessário o envio de amostras para a presente licitação.

4.8 Da exigência de carta de solidariedade

4.8.1 Não será necessária a apresentação de carta de solidariedade dada a natureza do objeto a ser contratada.

4.9 Documentos para aferição da proposta:

4.9.1 Para aferição da proposta deverá ser apresentado os seguintes documentos:

4.9.1.1 **Catálogo** e/ou **ficha técnica** do fabricante, do qual se possa verificar as especificações técnicas e demais características do produto ofertado.

4.9.1.1.1 Não serão considerados catálogos documentos criados pelo licitante, e que sejam mera cópia de imagens da internet com a especificação descrita neste termo de referência.

4.9.1.1.2 Serão considerados catálogos indicações do sítio dos fabricantes na internet, desde que seja possível a verificação do modelo/referência do produto informado na proposta.

4.10 Sustentabilidade

4.10.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU (8ª Edição):

4.10.1.1 Que os produtos sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.10.1.2 Que os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.10.1.3 Que os produtos não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

4.10.1.4 Para o fornecimento dos produtos, objeto deste estudo técnico preliminar, a contratada deverá observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, contidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010, que trata dos critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

4.10.1.5 Além dessas exigências, serão observadas as diretrizes do Plano de Logística Sustentável da UFPR, que prevê o descarte adequado dos resíduos gerados.

4.10.2 O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis estabelece diretrizes gerais para a incorporação de critérios de sustentabilidade nas contratações públicas. Contudo, considerando que nem todos os tipos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) possuem critérios ambientais específicos previstos de forma detalhada no referido Guia, adotou-se a orientação nele contida no sentido de buscar referências complementares em normas técnicas e regulatórias aplicáveis ao objeto.

4.10.3 Para a definição desses critérios complementares, foram consideradas normas e regulamentos expedidos por órgãos e entidades competentes pela regulamentação dos EPIs, notadamente o Ministério do Trabalho e Emprego, o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelecem requisitos de desempenho, segurança, qualidade e avaliação da conformidade dos produtos.

4.10.4 A observância das normas técnicas e regulatórias mencionadas contribui de forma indireta para a sustentabilidade ambiental da contratação, ao favorecer a aquisição de EPIs com maior durabilidade e desempenho adequado, reduzindo a necessidade de reposições frequentes, o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos, além de mitigar riscos à saúde

humana e ao meio ambiente.

4.10.5 Assim, entende-se que a adoção conjunta das diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, do Plano de Logística Sustentável da UFPR e das normas técnicas e regulatórias específicas aplicáveis aos EPIs mostra-se adequada, proporcional e compatível com o objeto da contratação, assegurando a observância de critérios de sustentabilidade sem prejuízo à competitividade do certame.

4.11 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.11.1 Na presente contratação será admitida a indicação de marcas e modelos como mera referência de qualidade ou facilitação da descrição do objeto. No entanto, podem ser aceitas marcas equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que atendam integralmente às especificações técnicas descritas. Essa previsão encontra respaldo no art. 41, inciso I, alínea “d” da Lei nº 14.133, de 2021:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

[...]

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;

5 LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 A Unidade de Planejamento e Controle de Licitações da Coordenadoria de Licitações e Contratações instrui todos os anos processo licitatório com a finalidade do registro de preços para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual a fim de atender todas as unidades demandantes da Universidade Federal do Paraná. No decorrer dos anos, tal demanda foi se tornando cada vez mais especializada e criteriosa, visto sua importância à Universidade, como um todo. Desta forma, anualmente são verificadas as intercorrências registradas nas contratações passadas, e elaborada uma minuciosa revisão nas descrições dos itens, considerando ainda as atualizações das normas técnicas e regulamentadoras. Existe a ciência da importância de a licitação ser bem sucedida, por isso, o termo de referência e o edital são planejados e elaborados de forma analítica, principalmente com intuito de maximizar a eficiência da compra, evitando-se ao máximo o prejuízo ao erário.

5.2 A partir das demandas internas, procedeu-se a análise e revisão dos descritivos técnicos com a busca dos itens no sistema Pesquisa de Preços, contratações similares e sites especializados. Selecionou-se os itens que se adequavam à necessidade da instituição. Observou-se que aquisição desses

itens é comum também em outros órgãos públicos e que a maioria é realizada por meio de pregão de registro de preço, que a priori, tem se mostrado ser uma metodologia eficaz para atender essa demanda e garantir a qualidade almejada. A Unidade de Planejamento e Controle de Licitações identificou as informações relevantes para a definição do processo de compra: há competitividade de fornecedores, os preços levantados no orçamento estão dentro dos valores de mercado e encontra-se facilidade de sua utilização e maior agilidade na compra.

5.3 Por se tratar de aquisição de materiais de consumo, não foram verificadas outras alternativas de mercado, além do fornecimento propriamente dito. Assim, decidiu-se licitar os itens cujas descrições atendem às necessidades das demandas internas e contribuem para competitividade, economicidade, eficiência, eficácia e sustentabilidade.

5.4 Foram realizadas diversas consultas ao quadro de IRP - Intenção de Registro de Preço do SIASGnet, publicadas por outros órgãos e entidades, prevista no art. 10 do Decreto 11.462/2023 e considerando que vários itens não foram localizados - conforme documentos anexados ao presente ETP - entende-se que a adesão às demais IRP's não é vantajosa, pois as mesmas não atendem de forma integral a relação de itens constante no Termo de Referência, ficando assim mantida a necessidade da UFPR em realizar licitação para os demais itens.

5.5 Considerando que não há inovação na presente contratação, ela se dará mediante a aquisição através da modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços. A escolha encontra amparo nos incisos I e V do art. 3º do Decreto 11.462/2023, e se justifica pelas características do objeto, que necessita contratações frequentes e pela natureza do objeto, em que não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Esta modalidade também facilita o trabalho de planejamento orçamentário das unidades, possibilitando uma melhor aplicabilidade dos recursos ao longo do exercício.

6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 O objeto da presente contratação é a implantação de Sistema de Registro de Preços visando à aquisição parcelada, conforme a necessidade, de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), destinados ao atendimento das demandas de diversas unidades da Universidade Federal do Paraná.

6.2 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2.1 Na hipótese de prorrogação, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

6.2.2 Em caso de reajuste de preços que trata a Lei 14.133/2021, deverá ser adotado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, diante da ausência de índice setorial ou específico relacionado ao objeto que reflita o valor ao consumidor. O IPCA reflete, de forma ampla, a variação de preços ao consumidor final, incluindo tributos, fretes e margens de comercialização

6.3 A lista completa com a descrição dos itens se encontra pormenorizada no título 7 deste ETP.

6.4 Para o adequado atendimento das necessidades, a contratação deverá prever as seguintes exigências:

6.4.1 A contratação dos itens será parcelada, em quantidades variáveis, conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária da UFPR, durante o período de validade da Ata de Registro de Preços.

6.4.2 O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho enviada pela unidade solicitante ao fornecedor.

6.4.3 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados na nota de empenho, conforme tabela abaixo:

LISTA DE ENDEREÇOS PARA ENTREGA
PRÉDIO HISTÓRICO Praça Santos Andrade, 50 Centro, Curitiba –PR. CEP: 80020-300
REITORIA Rua XV de Novembro, 1299 Centro, Curitiba – PR CEP: 80060-000
PROGEPE Rua Dr. Faivre, 405 Centro, Curitiba – PR CEP: 80060-140
PRÓ-REITORIA DE ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO Rua Dr. Faivre, 105 - Edifício José Rodrigues Vieira Netto Centro, Curitiba - PR CEP: 80060-140
CAMPUS CENTRO POLITÉCNICO Rua Cel. Francisco H. dos Santos, 210 (esquina c/BR 277) Jardim das Américas, Curitiba – PR CEP: 81531-980
CAMPUS AGRÁRIAS Rua dos Funcionários, 1540 Cabral, Curitiba – PR CEP: 80035-050
CAMPUS JARDIM BOTÂNICO Avenida Prefeito Lothário Meissner, 632 Jardim Botânico, Curitiba – PR CEP: 80210-170
CAMPUS JUVENÊ Rua Bom Jesus, 650

Juvevê, Curitiba –PR
CEP: 80035-010

CAMPUS REBOUÇAS

Rua João Negrão, s/n (esquina com Av. Sete de Setembro).
Rebouças, Curitiba, PR
CEP 80230-150

CAMPUS JARDIM DAS AMÉRICAS – SEPT

Rua Dr. Alcides Vieira Arcoverde, 1225
Jardim das Américas, Curitiba – PR
CEP: 81520-260

DEPARTAMENTO DE ARTES

Rua Coronel Dulcídio, 638
Batel, Curitiba – PR
CEP: 80420-170

BIBLIOTECA CENTRAL / RU CENTRAL

Rua General Carneiro, 360/370/380
Centro, Curitiba –PR.
CEP: 80020-300

EDIFÍCIO JOSÉ MUNHOZ DE MELLO

Rua Ubaldino do Amaral, 321
Alto da Glória, Curitiba, PR
CEP: 80060-195

SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE/ LABORATÓRIO DE PRÁTICAS DE ENFERMAGEM

Rua Conselheiro Araújo, s/nº (esquina c/Gal. Carneiro)
Centro, Curitiba – PR
CEP: 80060-900

SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE – SEDE CENTRO

Rua Padre Camargo, 280 (Fundos do Hospital de Clínicas)
Alto da Glória, Curitiba – PR
CEP: 80060-240

CEEX – FAZENDA CANGUIRI

Rua Ivone Pimentel, 1000
Canguiri, Pinhais – PR
CEP: 83.326-730

CAMPUS PIRAQUARA

Rod. Deputado João Leopoldo Jacomel, 4015
Laranjeiras, Piraquara – PR
CEP: 83.302-000

CAMPUS PONTAL DO PARANÁ – CENTRO DE ESTUDOS DO MAR

Av. Beira Mar, s/nº
Pontal do Paraná – PR
CEP 83255-971

CAMPUS LITORAL

Rua Jaguariaíva, 512

Matinhos – PR

CEP: 83260-000

CAMPUS MIRASSOL

Rua Rio Grande do Norte, 145 – Entrada 10

Balneário Mirassol, Pontal do Paraná – PR

CEP 83255-000

CAMPUS PALOTINA

Rua Pioneiro, 2153

Jardim Dallas, Palotina – PR

CEP: 85950-000

CAMPUS AVANÇADO DE JANDAIA DO SUL

1) Rua Dr. João Maximiano, 426, Vila Operária, Jandaia do Sul – PR

CEP: 86900-000

2) Estrada da Amizade, Km 02, Gleba Patrimônio Jandaia, Jandaia do Sul - PR

CEP: 86900-000

3) Rua Renê Taccola, 152, Centro, Mandaguari/PR

CEP 86.975-000

CAMPUS TOLEDO

Biopark - Parque Científico e Tecnológico em Biociências

Rodovia PR 182 s/n - km 320/321

Toledo - PR

CEP: 85919-899

EXTENSÃO MARIPÁ

Prolongamento da Av. General Canabarro, s/n

Maripá – PR

CEP: 85955-000

MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA

Rua XV de Novembro, 575

Paranaguá - PR

CEP: 83203-010

6.4.4 Esclarecimentos sobre as entregas poderão ser obtidos com os servidores identificados na nota de empenho.

6.4.5 Não serão aceitas entregas parciais de um mesmo empenho.

6.4.6 Todas as despesas com frete, carregamento, descarregamento e outras existentes, correrão por conta das empresas vencedoras.

6.4.7 No momento da entrega, o prazo de validade dos produtos não poderá ser inferior a 75% do prazo total recomendado pelo fabricante.

6.4.8 Os produtos fornecidos devem estar plenamente de acordo com a especificação descrita no Termo de Referência, e serem da mesma marca e modelo ofertados e aprovados no parecer técnico.

6.4.9 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.4.10 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.4.11 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4.12 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.4.13 O fornecedor deverá estar ciente de que não há quantidade mínima para compra e entrega dos itens.

7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1 As demandas foram calculadas a partir do histórico de consumo dos últimos sete anos, além de considerar demandas particulares, enviadas através do formulário para inclusão/reserva de item em registro de preços, conforme orienta a Instrução Normativa CLIC/PRA/UFPR nº 2/2022. Para a apuração dos quantitativos a serem licitados, foi utilizada a média histórica, acrescida de uma margem de 30%, a fim de assegurar a cobertura de demandas não previstas, ao longo do 1 (um) ano de vigência da ata de registro de preços.

7.2 O método de estimativa para cada item se encontra detalhadamente descrito na planilha de necessidades, anexa a este ETP.

Item	Cód. CATMAT	Catálogo UPCL/CLIC	Descrição	Un.	Reserva	Quantidade
1	326126	17EP0001	Apoio ergonômico para pés. Estrutura em metal com tratamento anticorrosivo e sapatas antideslizantes; base em material plástico resistente ou metal, com cobertura antiderrapante e regulagem de inclinação. Cor preferencial: preta.	Un.	SD/DENF=1	153

			Dimensões mínimas da base 43x29cm.			
2	618553	17EP0002	Avental de segurança para proteção do tronco do usuário contra riscos de origem química; confeccionado em nylon emborrachado ou PVC forrado ou tecido sintético revestido de PVC; totalmente impermeável e sem emendas; alça no pescoço e tiras para regulagem na cintura. Dimensões mínimas 120x60cm (AxL). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.		37
3	238638	17EP0003	Avental de segurança para proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; confeccionado em PVC; cor branca; tipo impermeável; alça no pescoço e tiras para regulagem na cintura. Dimensões mínimas: 100x60cm (AxL). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.		7
			Bota de cano longo; confeccionada em PVC injetado em uma só peça; cor BRANCA; forrada internamente; totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Disponível nos tamanhos 34 a 45, à			

4	451485	25EP0043	escolha da unidade solicitante no momento do empenho. O calçado ocupacional deverá estar em conformidade com os requisitos básicos apresentados pela ABNT NBR ISO 20347/2015. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	JA/CCEAL=20	26
5	333014	17EP0004	Bota de cano longo; confeccionada em PVC injetado em uma só peça; cor PRETA; forrada internamente; totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Disponível nos tamanhos 34 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. O calçado ocupacional deverá estar em conformidade com os requisitos básicos apresentados pela ABNT NBR ISO 20347/2015. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		33
			Botina de segurança em couro vaqueta. Cor preta. Lingueta fole e colarinho acolchoado; fechamento com cadarço preto em poliéster, com ponteiros resinadas; forrada; palmilha higiênica com tratamento			

6	413414	17EP0005	antimicrobiano; solado em poliuretano bidensidade. Disponível nos tamanhos 36 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		20
7	477889	17EP0006	Capa de chuva. Capa de segurança confeccionada em PVC forrado, com capuz e manga longa. Totalmente soldada eletronicamente (sem costuras), com fechamento através de botões frontais. Cor amarela. Disponível nos tamanhos M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.		61
8	441220	17EP0007	Capacete de segurança Classe E (aprovado para uso em ambientes energizados); Tipo I; com aba frontal; suspensão com sistema catraca, fixada ao casco com, no mínimo, 4 pontos de fixação; tira jugular em tecido. Casco em Polietileno de alta densidade, com faixa refletiva (para melhor visibilidade em ambientes com baixa luminosidade). Cor: A	Un.		9

			definir na ordem de fornecimento, de acordo com o catálogo do fornecedor. Capacete com Certificado de Aprovação (C.A) válido e marcação de conformidade do INMETRO obrigatória gravada no casco.			
9	373086	17EP0008	Chuveiro e lava-olhos de emergência. Produzido em metal com tratamento anticorrosivo e material plástico resistente; esguichos com tampas de proteção; com válvulas independentes para acionamento do chuveiro e do lava-olhos. O chuveiro e lava-olhos deverão estar em conformidade com os requisitos de desempenho e uso apresentadas pela ABNT NBR 16291:2014.	Un.		6
10	220536	17EP0010	Colete refletivo fluorescente. Para segurança Classe 2; produzido em conformidade com a NBR 20471:2015 (ou norma superveniente); confeccionado em poliéster, com faixas retrorrefletivas horizontais com largura mínima de 50mm, espaçadas entre si com distância mínima igual à largura da faixa; com "x" refletivo nas costas; com bolso; fechamento com zíper. Regiões em contato com o corpo	Un.		16

			do usuário deverão ser isentas de asperezas, bordas afiadas ou projeções que possam causar irritação ou ferimentos. Disponível nos tamanhos M, G e XG, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.			
11	374339	17EP0009	Colete salva-vidas. Classe III; modelo jaleco (de vestir como jaqueta); produzido em material resistente à água do mar, água doce, petróleo e seus derivados e a fungos; com gola; com apito resistente à oxidação, preso por um fiel; homologado pela Marinha do Brasil, atendendo aos requisitos da NORMAM-321/DPC ou NORMAM-05/DPC (desde que o Certificado de Homologação esteja dentro do prazo de validade e em situação 'Ativo' junto à Diretoria de Portos e Costas - DPC). Tamanho grande (para pessoas com massa entre 55 e 110kg); cor laranja.	Un.		13
12	455529	22EP0037	Jaleco de manga longa sem punho. Produzido em brim (100% algodão); corte reto; comprimento 7/8 (altura do joelho); unissex; na cor branca; com dois bolsos inferiores; fechamento com 5 botões; gola modelo italiano; cinto traseiro;	Un.	SD/DFAR=12	115

			sem abertura traseira. Deverá possuir acabamento perfeito, que garanta a qualidade e boa apresentação das peças. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.			
13	254097	17EP0012	Jaleco manga longa. Produzido em gabardine (100% poliéster); corte reto; comprimento 7/8 (altura do joelho); unissex; cor branca; manga longa sem punho; com dois bolsos inferiores; com 5 botões; gola modelo italiano; cinto traseiro; sem abertura traseira. Deverá possuir acabamento perfeito, que garanta a qualidade e boa apresentação das peças. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.	Un.	SD/UN_ESCOLA=15	203
14	365522	17EP0018	Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica; palma antideslizante; forro em algodão flocado. Comprimento total de, no mínimo, 30cm. Disponível nos tamanhos M, G e GG, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes, e contra	Par		145

			agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).			
15	420681	17EP0016	Luva de segurança confeccionada em grafatex de fibra de aramida; cinco dedos; forro de algodão ou lã; punho no mesmo material da luva com, no mínimo, 20cm de comprimento; suportar o contato a temperaturas de até 250°C. Proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas e calor de contato). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		18
16	318323	17EP0019	Luva de segurança confeccionada em látex natural banhado com neoprene; palma antiderrapante; forro em algodão flocado. Disponível nos tamanhos M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		42
			Luva de segurança confeccionada em			

17	232276	17EP0014	malha de aço inoxidável, espessura mínima de 0,5mm; cinco dedos; ambidestra; fechamento ajustável através de presilhas e botões no punho. Disponível nos tamanhos P, M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra cortes por facas manuais e objetos cortantes similares. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.		6
18	318409	17EP0013	Luva de segurança confeccionada em PVC, forrada, palma áspera. Comprimento total de, no mínimo, 70 cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		13
19	318401	17EP0020	Luva de segurança confeccionada em PVC; forrada, palma áspera. Comprimento total de, no mínimo, 45cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes	Par		20

			químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).			
20	376323	17EP0017	Luva de segurança confeccionada em raspa; com reforço em couro na palma e polegar; cinco dedos; suportar o contato a temperaturas de até 350°C. Comprimento total de, no mínimo, 30cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		11
21	440935	17EP0015	Luva de segurança confeccionada em raspa; com reforço interno na palma e tira de reforço externo entre o polegar e indicador; cinco dedos; punho com, no mínimo, 7cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par		41
22	355664	17EP0021	Luva de segurança tricotada em fios de algodão/poliéster, palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de PVC. Proteção das mãos do usuário	Par		115

			contra agentes abrasivos e escoriantes. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).			
23	375711	23EP0041	Luva para procedimentos não-cirúrgicos, confeccionada em borracha nitrílica; descartável; não estéril; ambidestra; hipoalergênica; sem talco. Cor azul. Caixa com 100 unidades. Disponível nos tamanhos P, M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Cx.	SD/DFAR=24 TL/ANATOMIA=42	493
24	425526	17EP0032	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo peça facial inteira. Com vedação da copa nasal em silicone atóxico; lente em policarbonato com amplo campo de visão, sem distorções; com 5 pontos de ajuste e sustentação independentes da área de vedação. Deverá vir acompanhado de dois filtros químicos para gases ácidos e filtros mecânicos contra poeiras, névoas e fumos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual	Un.		4

			(C.A.).			
25	613684	17EP0024	<p>Máscara de solda; escurecimento automático de tonalidade variável DIN 9 a 13 com visor fechado. Aplicação: soldagem por eletrodo revestido, MIG, TIG e plasma, no mínimo.</p> <p>Características mínimas: dimensões do campo de visão 90x40mm; proteção contra raios Ultravioleta (UV15) e Infravermelho (IV14); tempo de reação menor que 0,5s.</p> <p>Função liga/desliga automática; com potenciômetro para ajuste do nível de escurecimento; com catraca ajustável e bandana confortável e anatômica.</p> <p>Alimentação por células solares.</p> <p>Proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes, luminosidade intensa e radiações provenientes de serviços de soldagem. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).</p>	Un.		4
			<p>Máscara tipo N95 PFF2. A máscara deverá possuir clipe nasal e elásticos nas laterais para adaptação às orelhas. Sem válvula de exalação.</p> <p>Antialérgica e atóxica. Deverá ser</p>			

26	485530	22EP0038	antisséptica e inerte, além de possuir baixa condutividade térmica e inflamabilidade. Cor preferencial: azul. A embalagem deverá ser individual, original do fabricante e deverá trazer informações de marca, modelo, prazo de validade sendo este não inferior a 12 meses a contar da data de entrega. O produto deverá possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021.	Un.	SD/DESTO=5000 SD/UN_ESCOLA=200	7228
27	293772	17EP0026	Óculos de segurança do tipo ampla visão. Com lentes em policarbonato incolor e elástico confortável para ajuste de tamanho. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco; possuir vedação que se ajuste à face; proteger contra respingos de substâncias químicas e impactos de partículas volantes; possuir sistema de ventilação indireta para minimizar o embaçamento. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.		128

28	334300	22EP0036	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção com curvatura lateral. Com lentes em policarbonato incolor e armação confeccionada em nylon. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	SD/DESTO=20	148
29	450515	22EP0035	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção lateral e para sobreposição de óculos graduados. Com lentes em policarbonato incolor, material armação em policarbonato. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	SD/DESTO=20	226
30	321891	17EP0027	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção lateral. Com lentes em policarbonato incolor, material armação em policarbonato. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	SD/DESTO=20 SD/DENF=12	156
			Protetor auditivo do tipo inserção pré-			

31	337283	17EP0028	moldado (par), confeccionado em silicone, no formato cônico com três flanges concêntricos, de diâmetros variáveis. Tamanho único, com cordão e caixa plástica. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	SD/DESTO=200	398
32	274559	17EP0030	Protetor facial. Características mínimas: Protetor facial de segurança para proteção dos olhos e face do usuário contra impacto de partículas volante, constituído de carneira de plástico ajustável, testeira em material resistente e visor transparente incolor com, no mínimo, 200 mm de largura e, no mínimo, 200mm de altura. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	SD/DESTO=100	138
			Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF2; classe S; dobrável; com camada de carvão ativado; tirantes de cabeça de elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal; com válvula de exalação. Para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e no			

33	486888	17EP0033	alívio de odores incômodos provenientes de certos vapores orgânicos em concentração abaixo do nível de ação. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021.	Un.		256
34	486884	23EP0042	Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF2; classe S; dobrável; com tirantes de cabeça de elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal; com válvula de exalação. Para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021	Un.		131
			Respirador purificador			

35	486905	17EP0034	de ar; descartável; semifacial; PFF3; classe S; com válvula de exalação; tirantes de cabeça em elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Utilizado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021	Un.	170
			Máscara (respirador/purificador de ar) tipo semifacial para proteção das vias respiratórias. Peça semifacial produzida em material plástico ou elastomérico atóxico; com duas entradas para filtros químicos; válvulas de inalação e exalação; com quatro pontos de fixação com ajuste através de passadores. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de		

36	332883	22EP0039	<p>Equipamento de Proteção Individual (C.A.). Deverá vir acompanhada com um par de filtros químicos para proteção contra a inalação de formaldeído, até 3 ppm, aprovados pelo NIOSH, destinados a fornecer proteção respiratória contra determinadas concentrações de gás ou vapor em até 10 vezes o Limite de Exposição Permitido (PEL) estabelecido pela OSHA, quando utilizados com máscara semifacial. O par de filtros químicos deve ser composto por carvão ativado tratado, com peso aproximado de 210g ($\pm 10\%$) por par. (Referências não restritivas: respirador 3M série 6000; filtros químicos 3M 6005, ou similar tecnicamente equivalente).</p>	Cj.		32
			<p>Filtros químicos para proteção contra a inalação de formaldeído, até 3 ppm, aprovados pelo NIOSH, destinados a fornecer proteção respiratória contra determinadas concentrações de gás ou vapor em até 10 vezes o Limite de Exposição Permitido (PEL) estabelecido pela OSHA, quando utilizados com máscara semifacial. O par de filtros químicos deve ser composto por carvão</p>			

37	611063	22EP0040	ativado tratado, com peso aproximado de 210g ($\pm 10\%$) por par. (Referência não restritiva: 3M 6005, ou similar tecnicamente equivalente). O modelo ofertado deve estar expressamente listado como acessório aprovado no Certificado de Aprovação (CA) da máscara semifacial correspondente, devendo o par de filtros ser totalmente compatível com a máscara semifacial para proteção das vias respiratórias, item 36.	Par		47
38	336783	17EP0023	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo semifacial para proteção das vias respiratórias. Peça semifacial produzida em material plástico ou elastomérico atóxico; com duas entradas para filtros químicos; válvulas de inalação e exalação; com quatro pontos de fixação com ajuste através de passadores. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.). Deverá vir acompanhada com dois filtros químicos, classe 1, contra a inalação de vapores orgânicos (VO) até 1000ppm e gases ácidos (GA) até 1000ppm. Filtro químico; classe	Cj.		63

39	461891	17EP0011	1; contra a inalação de vapores orgânicos (VO) até 1000ppm e de gases ácidos (GA) até 1000ppm. Totalmente compatível com a máscara semifacial para proteção das vias respiratórias, item 38.	Un.		58
----	--------	----------	--	-----	--	----

8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 A pesquisa de preços dos itens foi realizada conforme o estabelecido na Instrução Normativa nº 65/2021-SEGES/ME, tendo como o principal parâmetro a composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no sistema Pesquisa de Preços do Portal de Compras (artigo 5º; inciso I). Para os itens em que o Sistema de Pesquisa de Preços não apresentou resultados ou apresentou um número de contratações inferior a três, a pesquisa foi realizada por meio de sítios eletrônicos especializados (artigo 5º; inciso III).

8.2 Devido às particularidades dos materiais a serem licitados e às divergências entre o descritivo do CATMAT e as especificações técnicas descritas no instrumento convocatório, diversos resultados do Sistema Pesquisa de Preços foram desconsiderados por apresentarem dados inconsistentes, especificações divergentes ou incompletas, além de resultados com quantitativos incompatíveis com a necessidade apresentada. O mesmo critério foi usado para identificar propostas inexequíveis ou com preços excessivamente elevados.

8.3 O valor máximo admitido para cada item será aquele que representar o menor valor entre a média e a mediana apuradas.

Item	Cód. CATMAT	Descrição	Un.	Quantidade	Valor unitário de referência (R\$)	Valor total (R\$)
1	326126	Apoio ergonômico para pés. Estrutura em metal com tratamento anticorrosivo e sapatas antideslizantes; base em material plástico resistente ou metal, com cobertura antiderrapante e regulagem de inclinação. Cor preferencial: preta. Dimensões mínimas	Un.	153	84,37	12.908,61

		da base 43x29cm.				
2	618553	Avental de segurança para proteção do tronco do usuário contra riscos de origem química; confeccionado em nylon emborrachado ou PVC forrado ou tecido sintético revestido de PVC; totalmente impermeável e sem emendas; alça no pescoço e tiras para regulagem na cintura. Dimensões mínimas 120x60cm (AxL). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.	37	21,68	802,16
3	238638	Avental de segurança para proteção do tronco do usuário contra umidade proveniente de operações com uso de água; confeccionado em PVC; cor branca; tipo impermeável; alça no pescoço e tiras para regulagem na cintura. Dimensões mínimas: 100x60cm (AxL). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.	7	16,43	115,01
		Bota de cano longo; confeccionada em PVC injetado em uma só peça; cor BRANCA; forrada internamente; totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Disponível nos tamanhos 34 a 45, à escolha da unidade				

4	451485	solicitante no momento do empenho. O calçado ocupacional deverá estar em conformidade com os requisitos básicos apresentados pela ABNT NBR ISO 20347/2015. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	26	42,69	1.109,94
5	333014	Bota de cano longo; confeccionada em PVC injetado em uma só peça; cor PRETA; forrada internamente; totalmente fechada, com resistência ao escorregamento. Disponível nos tamanhos 34 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. O calçado ocupacional deverá estar em conformidade com os requisitos básicos apresentados pela ABNT NBR ISO 20347/2015. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	33	40,59	1.339,47
6	412414	Botina de segurança em couro vaqueta. Cor preta. Lingueta fole e colarinho acolchoado; fechamento com cadarço preto em poliéster, com ponteiros resinadas; forrada; palmilha higiênica com tratamento antimicrobiano;	Par	20	170,90	3.506,00

6	413414	solado em poliuretano bidensidade. Disponível nos tamanhos 36 a 45, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.	20	179,00	3.590,00
7	477889	Capa de chuva. Capa de segurança confeccionada em PVC forrado, com capuz e manga longa. Totalmente soldada eletronicamente (sem costuras), com fechamento através de botões frontais. Cor amarela. Disponível nos tamanhos M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.	61	20,73	1.264,53
8	441220	Capacete de segurança Classe E (aprovado para uso em ambientes energizados); Tipo I; com aba frontal; suspensão com sistema catraca, fixada ao casco com, no mínimo, 4 pontos de fixação; tira jugular em tecido. Casco em Polietileno de alta densidade, com faixa refletiva (para melhor visibilidade em ambientes com baixa luminosidade). Cor: A definir na ordem de	Un.	9	103,50	931,50

		fornecimento, de acordo com o catálogo do fornecedor. Capacete com Certificado de Aprovação (C.A) válido e marcação de conformidade do INMETRO obrigatória gravada no casco.				
9	373086	Chuveiro e lava-olhos de emergência. Produzido em metal com tratamento anticorrosivo e material plástico resistente; esguichos com tampas de proteção; com válvulas independentes para acionamento do chuveiro e do lava-olhos. O chuveiro e lava-olhos deverão estar em conformidade com os requisitos de desempenho e uso apresentadas pela ABNT NBR 16291:2014.	Un.	6	985,00	5.910,00
10	220536	Colete refletivo fluorescente. Para segurança Classe 2; produzido em conformidade com a NBR 20471:2015 (ou norma superveniente); confeccionado em poliéster, com faixas retrorrefletivas horizontais com largura mínima de 50mm, espaçadas entre si com distância mínima igual à largura da faixa; com "x" refletivo nas costas; com bolso; fechamento com zíper. Regiões em contato com o corpo do usuário deverão	Un.	16	23,14	370,24

		ser isentas de asperezas, bordas afiadas ou projeções que possam causar irritação ou ferimentos. Disponível nos tamanhos M, G e XG, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.				
11	374339	Colete salva-vidas. Classe III; modelo jaleco (de vestir como jaqueta); produzido em material resistente à água do mar, água doce, petróleo e seus derivados e a fungos; com gola; com apito resistente à oxidação, preso por um fiel; homologado pela Marinha do Brasil, atendendo aos requisitos da NORMAM-321/DPC ou NORMAM-05/DPC (desde que o Certificado de Homologação esteja dentro do prazo de validade e em situação 'Ativo' junto à Diretoria de Portos e Costas - DPC). Tamanho grande (para pessoas com massa entre 55 e 110kg); cor laranja.	Un.	13	204,90	2.663,70
12	455529	Jaleco de manga longa sem punho. Produzido em brim (100% algodão); corte reto; comprimento 7/8 (altura do joelho); unissex; na cor branca; com dois bolsos inferiores; fechamento com 5 botões; gola modelo italiano; cinto traseiro; sem abertura	Un.	115	74,90	8.613,50

		traseira. Deverá possuir acabamento perfeito, que garanta a qualidade e boa apresentação das peças. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.				
13	254097	<p>Jaleco manga longa. Produzido em gabardine (100% poliéster); corte reto; comprimento 7/8 (altura do joelho); unissex; cor branca; manga longa sem punho; com dois bolsos inferiores; com 5 botões; gola modelo italiano; cinto traseiro; sem abertura traseira. Deverá possuir acabamento perfeito, que garanta a qualidade e boa apresentação das peças. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho.</p>	Un.	203	52,70	10.698,10
14	365522	<p>Luva de segurança confeccionada em borracha nitrílica; palma antideslizante; forro em algodão flocado. Comprimento total de, no mínimo, 30cm. Disponível nos tamanhos M, G e GG, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos.</p>	Par	145	5,90	855,50

		Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).				
15	420681	Luva de segurança confeccionada em grafatex de fibra de aramida; cinco dedos; forro de algodão ou lã; punho no mesmo material da luva com, no mínimo, 20cm de comprimento; suportar o contato a temperaturas de até 250°C. Proteção das mãos do usuário contra agentes térmicos (pequenas chamas e calor de contato). Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	18	160,30	2.885,40
16	318323	Luva de segurança confeccionada em látex natural banhado com neoprene; palma antiderrapante; forro em algodão flocado. Disponível nos tamanhos M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	42	7,81	328,02
		Luva de segurança confeccionada em malha de aço				

17	232276	inoxidável, espessura mínima de 0,5mm; cinco dedos; ambidestra; fechamento ajustável através de presilhas e botões no punho. Disponível nos tamanhos P, M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Proteção das mãos do usuário contra cortes por facas manuais e objetos cortantes similares. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.	6	259,43	1.556,58
18	318409	Luva de segurança confeccionada em PVC, forrada, palma áspera. Comprimento total de, no mínimo, 70 cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	13	48,00	624,00
19	318401	Luva de segurança confeccionada em PVC; forrada, palma áspera. Comprimento total de, no mínimo, 45cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes, e contra agentes químicos. Com	Par	20	19,00	380,00

		Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).				
20	376323	Luva de segurança confeccionada em raspa; com reforço em couro na palma e polegar; cinco dedos; suportar o contato a temperaturas de até 350°C. Comprimento total de, no mínimo, 30cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes e térmicos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	11	73,90	812,90
21	440935	Luva de segurança confeccionada em raspa; com reforço interno na palma e tira de reforço externo entre o polegar e indicador; cinco dedos; punho com, no mínimo, 7cm. Proteção das mãos do usuário contra agentes abrasivos, escoriantes, cortantes e perfurantes. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Par	41	15,30	627,30
22	355664	Luva de segurança tricotada em fios de algodão/poliéster, palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de PVC. Proteção das mãos do usuário contra agentes	Par	115	3,94	453,10

		abrasivos e escoriantes. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).				
23	375711	Luva para procedimentos não-cirúrgicos, confeccionada em borracha nitrílica; descartável; não estéril; ambidestra; hipoalergênica; sem talco. Cor azul. Caixa com 100 unidades. Disponível nos tamanhos P, M e G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Cx.	493	23,75	11.708,75
24	425526	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo peça facial inteira. Com vedação da copa nasal em silicone atóxico; lente em policarbonato com amplo campo de visão, sem distorções; com 5 pontos de ajuste e sustentação independentes da área de vedação. Deverá vir acompanhado de dois filtros químicos para gases ácidos e filtros mecânicos contra poeiras, névoas e fumos. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A).	Un.	4	339,41	1.357,64

25	613684	<p>Máscara de solda; escurecimento automático de tonalidade variável DIN 9 a 13 com visor fechado. Aplicação: soldagem por eletrodo revestido, MIG, TIG e plasma, no mínimo.</p> <p>Características mínimas: dimensões do campo de visão 90x40mm; proteção contra raios Ultravioleta (UV15) e Infravermelho (IV14); tempo de reação menor que 0,5s. Função liga/desliga automática; com potenciômetro para ajuste do nível de escurecimento; com catraca ajustável e bandana confortável e anatômica.</p> <p>Alimentação por células solares. Proteção dos olhos e face do usuário contra impactos de partículas volantes, luminosidade intensa e radiações provenientes de serviços de soldagem. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).</p>	Un.	4	160,77	643,08
		<p>Máscara tipo N95 PFF2. A máscara deverá possuir clipe nasal e elásticos nas laterais para adaptação às orelhas. Sem válvula de exalação. Antialérgica e atóxica. Deverá ser antisséptica e inerte,</p>				

26	485530	além de possuir baixa condutividade térmica e inflamabilidade. Cor preferencial: azul. A embalagem deverá ser individual, original do fabricante e deverá trazer informações de marca, modelo, prazo de validade sendo este não inferior a 12 meses a contar da data de entrega. O produto deverá possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021.	Un.	7228	0,72	5.204,16
27	293772	Óculos de segurança do tipo ampla visão. Com lentes em policarbonato incolor e elástico confortável para ajuste de tamanho. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco; possuir vedação que se ajuste à face; proteger contra respingos de substâncias químicas e impactos de partículas volantes; possuir sistema de ventilação indireta para minimizar o embaçamento. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	128	86,26	11.041,28
		Óculos de segurança				

28	334300	do tipo com lentes de proteção com curvatura lateral. Com lentes em policarbonato incolor e armação confeccionada em nylon. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	148	5,83	862,84
29	450515	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção lateral e para sobreposição de óculos graduados. Com lentes em policarbonato incolor, material armação em policarbonato. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	226	5,33	1.204,58
30	321891	Óculos de segurança do tipo com lentes de proteção lateral. Com lentes em policarbonato incolor, material armação em policarbonato. As lentes deverão possuir tratamento antiembaçante e antirrisco. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	156	10,85	1.692,60
		Protetor auditivo do tipo inserção pré-moldado (par),				

31	337283	confeccionado em silicone, no formato cônico com três flanges concêntricos, de diâmetros variáveis. Tamanho único, com cordão e caixa plástica. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	398	1,78	708,44
32	274559	Protetor facial. Características mínimas: Protetor facial de segurança para proteção dos olhos e face do usuário contra impacto de partículas volante, constituído de carneira de plástico ajustável, testeira em material resistente e visor transparente incolor com, no mínimo, 200 mm de largura e, no mínimo, 200mm de altura. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.).	Un.	138	23,14	3.193,32
		Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF2; classe S; dobrável; com camada de carvão ativado; tirantes de cabeça de elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal; com válvula de exalação. Para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e no alívio de odores				

33	486888	incômodos provenientes de certos vapores orgânicos em concentração abaixo do nível de ação. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021.	Un.	256	2,61	668,16
34	486884	Respirador purificador de ar; descartável; semifacial; PFF2; classe S; dobrável; com tirantes de cabeça de elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal; com válvula de exalação. Para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021	Un.	131	1,52	199,12
		Respirador purificador de ar; descartável;				

35	486905	semifacial; PFF3; classe S; com válvula de exalação; tirantes de cabeça em elástico para sustentação de peça facial; tira metálica para ajuste sobre o septo nasal. Utilizado para proteção das vias respiratórias contra poeiras, névoas, fumos e radionuclídeos. (Para uso exclusivo em laboratórios). O produto deverá possuir Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.), bem como, possuir Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO, conforme Portaria INMETRO / ME nº 491 de 10/12/2021	Un.	170	2,09	355,30
		Máscara (respirador/purificador de ar) tipo semifacial para proteção das vias respiratórias. Peça semifacial produzida em material plástico ou elastomérico atóxico; com duas entradas para filtros químicos; válvulas de inalação e exalação; com quatro pontos de fixação com ajuste através de passadores. Disponível nos tamanhos P, M, G, à escolha da unidade solicitante no momento do empenho. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de				

36	332883	<p>Proteção Individual (C.A.). Deverá vir acompanhada com um par de filtros químicos para proteção contra a inalação de formaldeído, até 3 ppm, aprovados pelo NIOSH, destinados a fornecer proteção respiratória contra determinadas concentrações de gás ou vapor em até 10 vezes o Limite de Exposição Permitido (PEL) estabelecido pela OSHA, quando utilizados com máscara semifacial.</p> <p>O par de filtros químicos deve ser composto por carvão ativado tratado, com peso aproximado de 210g ($\pm 10\%$) por par. (Referências não restritivas: respirador 3M série 6000; filtros químicos 3M 6005, ou similar tecnicamente equivalente).</p>	Cj.	32	290,80	9.305,60
		<p>Filtros químicos para proteção contra a inalação de formaldeído, até 3 ppm, aprovados pelo NIOSH, destinados a fornecer proteção respiratória contra determinadas concentrações de gás ou vapor em até 10 vezes o Limite de Exposição Permitido (PEL) estabelecido pela OSHA, quando utilizados com máscara semifacial.</p> <p>O par de filtros químicos deve ser composto por carvão ativado tratado, com</p>				

37	611063	peso aproximado de 210g ($\pm 10\%$) por par. (Referência não restritiva: 3M 6005, ou similar tecnicamente equivalente). O modelo ofertado deve estar expressamente listado como acessório aprovado no Certificado de Aprovação (CA) da máscara semifacial correspondente, devendo o par de filtros ser totalmente compatível com a máscara semifacial para proteção das vias respiratórias, item 36.	Par	47	154,60	7.266,20
38	336783	Máscara (respirador/purificador de ar) tipo semifacial para proteção das vias respiratórias. Peça semifacial produzida em material plástico ou elastomérico atóxico; com duas entradas para filtros químicos; válvulas de inalação e exalação; com quatro pontos de fixação com ajuste através de passadores. Com Certificado de Aprovação de Equipamento de Proteção Individual (C.A.). Deverá vir acompanhada com dois filtros químicos, classe 1, contra a inalação de vapores orgânicos (VO) até 1000ppm e gases ácidos (GA) até 1000ppm.	Cj.	63	79,79	5.026,77
		Filtro químico; classe 1; contra a inalação de vapores orgânicos				

39	461891	(VO) até 1000ppm e de gases ácidos (GA) até 1000ppm. Totalmente compatível com a máscara semifacial para proteção das vias respiratórias, item 38.	Un.	58	22,08	1.280,64
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA A PROPOSTA (R\$)						120.564,04

8.4 Os itens da presente lista não se qualificam para as margens de preferência normal e adicional previstas pelo Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, e pela Resolução SEGES-CICS/MGI n. 4 de 18 de outubro de 2024 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS.

9 JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Em atenção à orientação da Secretaria de Gestão do então Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, os itens 01 a 35 não serão agrupados, dada a inviabilidade de aquisição dos itens em sua totalidade ou proporcionalmente aos quantitativos licitados. Analisando o potencial competitivo para essa licitação, sem prejuízos aos aspectos técnicos, proporcionando maior economia de escala e melhor gestão contratual, a Administração considerou que a divisão da contratação por itens permitirá que fornecedores deem seus melhores preços por item. Além disso, permite que as empresas que não possuam todos os requisitos de habilitação para determinado item, dispostos neste documento e nas descrições do Termo de Referência, possam concorrer no certame para os produtos que possuam total capacidade de atender as exigências.

9.2 Portanto, para os itens 1 a 35, considerando que se tratam de itens adquiridos separadamente, conforme a necessidade de cada unidade, não há necessidade de agrupamento dos itens, garantindo assim uma solução devidamente parcelada e proporcionando a ampliação da competitividade para a licitação.

9.3 Em relação aos itens 36 e 37, bem como aos itens 38 e 39, é necessário que haja total compatibilidade técnica entre o filtro químico e a respectiva máscara semifacial a ser licitada, a fim de evitar desconformidades em seus funcionamentos. Dessa forma, a adjudicação dos itens será realizada por grupo, sendo o grupo 1 composto pelos itens 36 e 37 e o grupo 2 pelos itens 38 e 39.

9.4 Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte.

9.4.1 Em cumprimento ao disposto no art. 8º do Decreto 8538/2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública Federal e, após apurar os valores globais estimados para cada lote do processo em epígrafe, informamos que a participação na licitação em epígrafe deverá ser

exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, visto não haver itens com valor total estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

9.5 Da forma de fornecimento

9.5.1 A contratação será executada mediante fornecimento integral por solicitação, ou seja, a cada pedido emitido pela Administração, o fornecedor deverá entregar a totalidade da quantidade demandada naquela ocasião, ainda que as solicitações ocorram de forma parcelada ao longo da vigência da Ata. Essa definição decorre do enquadramento da contratação como compra imediata, conforme o inciso X do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, em virtude do prazo de entrega estabelecido.

10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1 A aquisição objeto deste documento não requer outras contratações para sua execução, por se tratar de bem a pronta entrega.

11 ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme registro do Documento de Formalização da Demanda nº 10/2024.

11.2 A aquisição proposta está diretamente alinhada com a Política de Sustentabilidade estabelecida pela Resolução nº 08/2022 do Conselho Universitário da UFPR. Além disso, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável (PLS) da UFPR, cujos objetivos incluem o esforço para promover a gestão sustentável de recursos públicos nas atividades da logística institucional e a inclusão de critérios socioambientais do sistema logístico da UFPR nos editais de licitação.

12 RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 Os itens a serem licitados proporcionarão condições de trabalho e estudos à comunidade universitária. Ainda, ao se permitir a aquisição direta pelas diferentes unidades (sem a necessidade de distribuição pelo Almoxarifado Central), espera-se ganhar celeridade com o abastecimento.

13 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Não há necessidade de providências a serem adotadas pela UFPR previamente às aquisições.

14 POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1 O descarte inadequado das embalagens dos materiais pode causar grave dano ambiental e para saúde pública. Buscando sanar os riscos, os usuários são orientados sobre o correto descarte após a utilização dos

produtos.

14.2 A UFPR possui, ainda, programa de descarte adequado para esse tipo de material como parte da política da gestão ambiental da instituição.

15 DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1 Esta equipe de planejamento declara VIÁVEL esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art. 9º da IN 58/2022-SEGES/ME.

15.2 Justificativa da Viabilidade

15.2.1 O presente Estudo Técnico está alinhado com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas do órgão. Os benefícios esperados são apropriados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade. Os riscos envolvidos são gerenciáveis, e as unidades requisitantes darão prioridade ao fornecimento de todos os elementos necessários para alcançar os benefícios desejados. Portanto, recomendamos o prosseguimento da contratação.

16 RESPONSÁVEIS

Douglas Gustavo de Andrade

Administrador

Eduardo Fabiano Pereira

Assistente em Administração

ANEXO III

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.004/2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (153079)

A **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**, com sede à Rua XV de Novembro, nº 1299, na cidade de Curitiba/Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob o nº 75.095.679/0001-49, neste ato representado(a) pelo(a) Pró-Reitor de Orçamento e Administração, NOME COMPLETO, nomeado(a) pela Portaria nº XXX, de [dia] de [mês] de [ano], publicada no DOU de [dia] de [mês] de [ano], portador da Matrícula Funcional nº [nº matrícula], considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90.004/2026, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 23075.045751/2025-43, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Pregão Eletrônico nº 90.004/2026, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para atender às necessidades de diversas unidades da Universidade Federal do Paraná, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 90.004/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade
X								
	Descrição do item no Termo de Referência			Unidade prevista no Termo de Referência				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Universidade Federal do Paraná (UASG 153079).

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

c) Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.6, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento ~~contratual~~, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência

e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.2.1. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere a alínea “b)” do item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 10.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata a alínea “a)” do item 5.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

b) Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

c) Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

i. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

ii. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade

gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória e a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. O requerimento deverá ser entregue diretamente à Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações, através do e-mail contratos@ufpr.br.

7.2.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 10.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.4. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.5. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 10.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.7. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. O fornecedor fica obrigado a entregar, pelo preço registrado, os itens constantes das notas de empenho emitidas anteriormente a seu protocolo de solicitação de Alteração de Preços. Caso se recuse, estará sujeito às sanções descritas no Termo de Referência.

8. DA SUBSTITUIÇÃO DE PRODUTO

8.1. Durante a vigência desta ata de registro de preços, nas situações de

impossibilidade de fornecimento de materiais registrados, devido à descontinuidade de produção ou outro motivo que impeça o fornecimento da marca e modelo do produto registrado, por prazo indeterminado, o fornecedor poderá apresentar à Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações, pedido para substituição de marca e/ou modelo do produto registrado.

8.1.1. Para aos bens de consumo duráveis, assim entendidos aqueles classificados pela UFPR como materiais permanentes, deverá ser realizada a substituição, preferencialmente, pelo modelo subsequente na linha de produção do mesmo fabricante, ou demonstrada sua inadequação aos termos do Edital da Licitação, conforme o caso.

8.2. Os pedidos de que trata o item 8.1 deverão conter:

- a) Comprovação emitida pelo fabricante, distribuidor, importador, representante ou equivalente, quanto à efetiva retirada do material de linha ou dos motivos que impossibilitam o fornecimento;
- b) Catálogo, folheto técnico ou indicação do site do fornecedor.

8.3. A análise de admissibilidade dos pedidos de substituição de produto será realizada pela Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações.

8.4. Uma vez acolhida a solicitação, a Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações poderá submeter o pedido à Unidade Gerenciadora da Ata no âmbito da UFPR, para a análise técnica do produto ofertado em substituição.

8.4.1. A análise da substituição levará em consideração o interesse público envolvido e ocorrerá observando o mesmo procedimento realizado no momento da análise técnica da licitação, ou seja, o material substituto deverá atender todas as características do edital, bem como possuir qualidade igual ou superior a do material ofertado na proposta original da licitação, vedado o aumento de preços.

8.5. Após a análise técnica o processo será enviado à Unidade de Contratos da Coordenadoria de Licitações e Contratações, que poderá acatar o pedido ou recusá-lo, liberando o fornecedor do compromisso assumido, se comprovada a inviabilidade de substituição.

8.6. Caso o pedido seja recusado, os itens solicitados mediante nota de empenho deverão ser entregues no prazo inicialmente estipulado, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

9. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

9.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

- a) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
- b) De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

9.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

9.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

9.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

9.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 9.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

10. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

10.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- a) Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- b) Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- c) Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
- d) Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.1.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

10.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 10.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

10.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

10.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas

e justificadas:

- a) Por razão de interesse público;
- b) A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- c) Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

11. DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 10.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

12. CONDIÇÕES GERAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.1. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

12.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é assinada eletronicamente.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s)
fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade